



Relatório e Contas 2005

APA – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO, S.A.

O Conselho de Administração da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. agradece a todos os trabalhadores e colaboradores desta empresa, à comunidade portuária e aos nossos clientes, o seu constante empenho, o qual permitiu que 2005 fosse mais um ano de crescimento deste porto.

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Conselho de Administração	1
1. Actividade Portuária	5
1.1. Movimento de Navios	6
1.2. Movimento de Mercadorias	7
1.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga	7
1.2.1.1. Granéis Sólidos	8
1.2.1.2. Carga Geral Fraccionada	8
1.2.1.3. Granéis Líquidos	9
1.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal	10
1.2.3. Movimento de Mercadorias por Importação / Exportação	12
1.3. Sectores das Pescas	12
2. Investimentos	14
3. Concessões	16
3.1. Terminal Sul	16
3.2. Reboques	16
3.3. Navalria	16
4. Responsabilidade Ambiental	17
5. Segurança no Porto	18
6. Tecnologias e Sistemas de Informação	19
6.1. Gespor	19
6.2. PIPE	19
6.3. GIAF	21

6.4. Portal -----	22
6.5. Newsletter electrónica -----	22
7. Recursos Humanos -----	23
7.1. Caracterização -----	23
7.1.1. Evolução do Vínculo -----	23
7.1.2. Evolução por Níveis de Qualificação Profissional -----	23
7.1.3. Distribuição do Efectivo por Afectação Orgânica -----	24
7.1.4. Estrutura Organizativa -----	24
7.1.4.1. Órgãos Sociais -----	25
7.1.4.2. Estruturas Orgânicas atribuídas à coordenação de cada um dos membros do Conselho de Administração -----	25
7.1.4.3. Remuneração dos Órgãos Sociais -----	26
7.1.4.3.1. Assembleia Geral -----	26
7.1.4.3.2. Fiscal Único -----	27
7.1.4.3.3. Conselho de Administração -----	27
7.2. Indicadores -----	28
7.2.1. Trabalho e Absentismo -----	28
7.2.2. Formação com o Pessoal -----	29
7.2.3. Produtividade -----	29
7.3. Custos com o Pessoal -----	29
7.4. Outros Custos com o Pessoal -----	29
8. Análise Económico - Financeira -----	30
8.1. Situação Económica -----	30
8.1.1. Resultados -----	30
8.1.1.1. Resultados Operacionais -----	30
8.1.1.2. Resultados Financeiros -----	32
8.1.1.3. Resultados Extraordinários -----	32
8.1.2. Fundos Libertos -----	33
8.1.3. Valor Acrescentado Bruto -----	33
8.2. Situação Financeira e Patrimonial -----	34
8.2.1. Imobilizado -----	34

8.2.2. Fundo de Maneio	34
8.2.3. Indicadores Financeiros de Estrutura	35
9. Proposta de Aplicação dos Resultados	36

CONTAS DO EXERCÍCIO

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

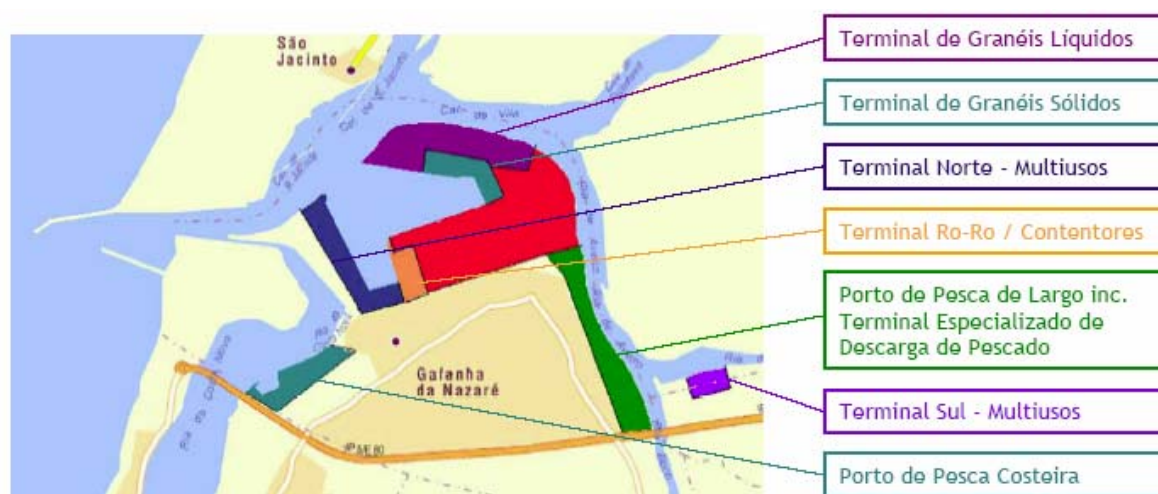
RELATÓRIO DE GESTÃO 2005

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No final de 2006 ficará concluído o Plano de Investimentos de expansão das infra-estruturas portuárias lançado em 2000 pela APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., que dotará o porto de Aveiro de uma capacidade de oferta de serviços diversificada e adaptável às necessidades dos clientes, permitindo incrementar o processo de crescimento do volume de mercadorias movimentadas e impulsionar a economia nacional.

No final do programa de investimentos em curso, o porto de Aveiro possuirá um conjunto de cinco terminais tecnicamente adequados para movimentar todo o tipo de mercadorias, dotados de:

- i. capacidade de acostagem muito significativa - uma das maiores para terminais multiusos nos portos nacionais;
- ii. grande capacidade de terraplenos de serviço aos cais de acostagem;
- iii. significativa área de terrenos, permitindo acolher operações de armazenamento de longa duração e outras actividades logísticas, especializada na movimentação de granéis líquidos e sólidos.



Adicionalmente, possui dois terminais especializados de pesca e uma reserva de terrenos para a implementação de actividades logísticas e industriais, o que, em conjunto com as infra-estruturas dos terminais, dotará o porto de Aveiro com uma área disponível de cerca de 190 há.

Nos últimos 20 anos, o porto de Aveiro tem evidenciado um significativo dinamismo, reflectido num crescimento de tráfego apreciável e num aumento progressivo do grau de diversificação dos produtos movimentados.

Em 2005, o tráfego no porto de Aveiro atingiu 3,3 milhões de toneladas, novo máximo histórico de movimentação portuária em Aveiro esperando-se que em 2006 este valor venha a ser superado.

Na última década, o tráfego do porto de Aveiro apresentou um crescimento médio anual de 4,7% - duas vezes e meia superior ao crescimento do conjunto dos portos portugueses -, passando a ser o principal porto português na movimentação de produtos metalúrgicos e um importante porto no contexto nacional, na movimentação de carga fraccionada.

Este crescimento contínuo foi possível devido à entrada em exploração do Terminal Norte, em 1988, que esgotou a sua capacidade de tráfego ao fim de 10 anos. A conclusão dos investimentos em curso imprimirá um novo impulso ao crescimento do porto de Aveiro.

A APA promove, actualmente, em conjunto com os consultores do Banco BPI e BCEOM, a realização de um Plano Estratégico do Porto de Aveiro, documento de suma importância que se destina a balizar e orientar a estratégia de crescimento da empresa num horizonte de 10 anos. O Plano Estratégico atende não só às características actuais do porto de Aveiro no contexto ibérico, como também às perspectivas e tendências dos mercados nacional, regional e internacional de transporte de mercadorias.

Tendo em conta a fase de transição que caracteriza actualmente o porto de Aveiro e o imperativo primário de aproveitamento e potenciação das suas novas valências infra-estruturais no contexto dos mercados nacional, ibérico e internacional, a Visão do porto no horizonte de 2015 foi definida fundamentalmente com base nas características endógenas do porto de Aveiro, por forma a valorizar e explorar os seus pontos fortes e a eliminar, ou minimizar os seus pontos fracos.

Visão consubstanciada no seguinte desiderato: *“O porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo pólo de desenvolvimento logístico e industrial”*.

Para a prossecução desta Visão foram definidos três objectivos estratégicos:

- 1.º - alargar e potenciar o *hinterland*;
- 2.º - realizar o potencial de capacidade em reserva;
- 3.º - melhorar a oferta de serviços portuários.

Com os dois primeiros objectivos, pretende-se potenciar os factores de competitividade endógena do porto, aproveitando:

- a boa inserção territorial do porto, decorrente do dinamismo económico do *hinterland*, da posição geográfica central do porto nesse mesmo *hinterland*, dos bons acessos terrestres e da ausência de pressão urbanística;

-
- a grande capacidade em reserva no que reporta à acostagem de navios, utilização de terraplenos e valorização dos terrenos em reserva para a instalação de actividades logístico-industriais.

Com o terceiro objectivo, pretende-se:

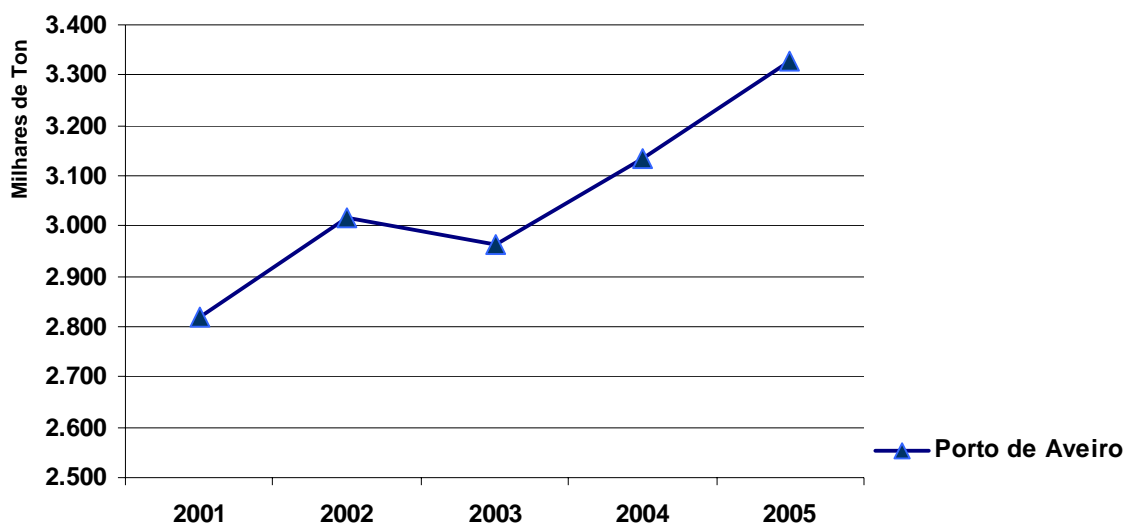
- minimizar os obstáculos ao desenvolvimento do porto, decorrentes das limitações do seu acesso marítimo;
- superar os constrangimentos detectados nos processos de gestão e operação portuária.

Este trabalho marca o início de um processo dinâmico e em permanente desenvolvimento, envolvendo já um vasto conjunto de entidades externas à APA, dos operadores aos clientes, passando pelos prestadores de serviços do porto, autoridades locais, autoridades institucionais e outras entidades relevantes, cujo contributo é determinante para o aprofundamento e execução dos objectivos estratégicos do porto de Aveiro.

1. ACTIVIDADE PORTUÁRIA

O porto de Aveiro tem-se apresentado como um porto dinâmico com um crescimento apreciável e um aumento progressivo do grau de diversificação dos produtos movimentados.

Em 2005, o tráfego no porto de Aveiro atingiu **3.329 mil toneladas**, o que traduz um **novo máximo histórico de movimentação portuária em Aveiro**.



Comparativamente com o ano de 2004, registou-se um crescimento de 6,23% nas mercadorias movimentadas (+195.160 toneladas). Este crescimento resulta essencialmente do aumento das exportações em 191.872 toneladas (+98,32%).

Atendendo aos tipos de tráfego, movimentaram-se 42,54% de Granéis Sólidos (designadamente produtos agrícolas e cimento), 41,35% de Cargas Gerais Fraccionadas (designadamente produtos metalúrgicos e florestais), e 16,11% de Granéis Líquidos (constituídos essencialmente por produtos químicos).

1.1. Movimento de Navios

No ano de 2005 escalaram o porto de Aveiro 1.057 navios, verificando-se um acréscimo de 0,38% (+ 4 navios). À semelhança dos anos anteriores, continuamos a assistir à melhoria do rácio de cargas movimentadas por número de navios (ver quadro infra).

	2004	2005
Quantidades Movimentadas (1) / N.º de Navios (2)	2.975,93	3.149,31
Quantidades Movimentadas (1)	3.133.657	3.328.816
N.º de Navios (2)	1.053	1.057

Apesar do aumento verificado quer nas cargas movimentadas, quer no número de navios, a **arqueação bruta total** (GT) registou uma diminuição (-0,96%), totalizando 2.849.994 GT.

Consultando o quadro seguinte, constata-se ser esta diminuição justificada essencialmente pelos navios com classe de GT entre 3001-3500 e superior a 4.500.

	2004		2005		▲% 05/04	
Classe de GT	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	1.053	2.877.695	1.057	2.849.994	0,38%	-0,96%
<501	11	3.947	33	3.986	200,00%	0,99%
501 – 1000	24	20.158	31	27.745	29,17%	37,64%
1001 – 1500	45	58.274	28	36.274	-37,78%	-37,75%
1501 – 2000	217	386.667	181	318.085	-16,59%	-17,74%
2001 – 2500	315	716.426	326	747.577	3,49%	4,35%
2501 – 3000	147	412.263	193	538.299	31,29%	30,57%
3001 – 3500	114	379.952	67	217.861	-41,23%	-42,66%
3501 – 4000	51	195.570	64	243.584	25,49%	24,55%
4001 – 4500	34	146.050	53	233.714	55,88%	60,02%
> 4500	95	558.388	81	482.869	-14,74%	-13,52%

1.2. Movimento de Mercadorias

1.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

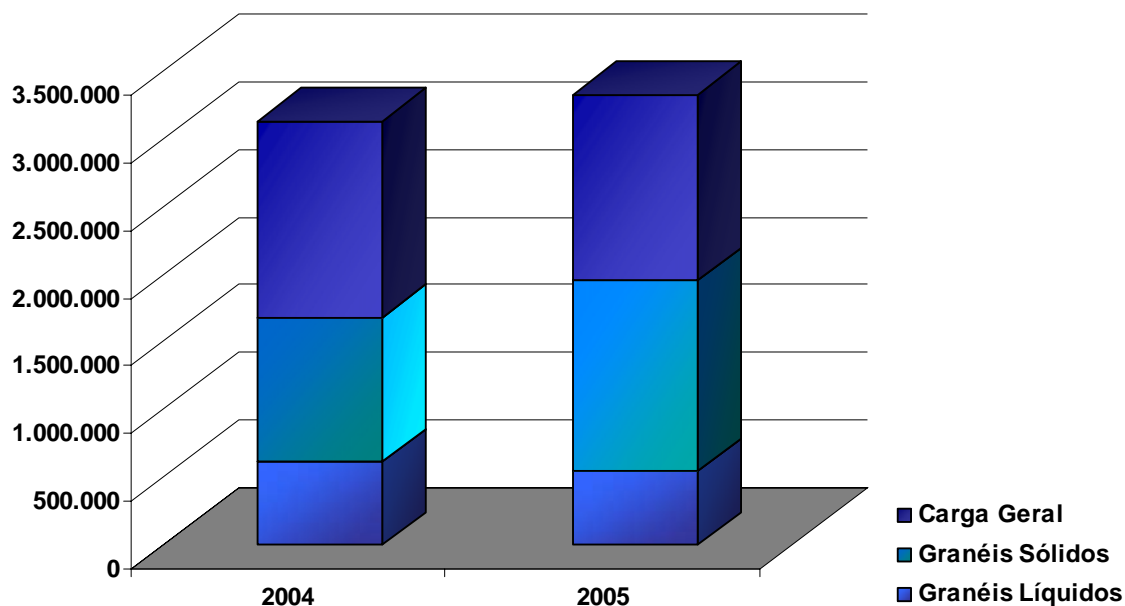
O tráfego do porto de Aveiro ascendeu em 2005 a 3.328.816 toneladas, registando um crescimento de 6,23% (+195 mil toneladas) face a 2004.

A evolução do tráfego portuário no porto de Aveiro permite realçar o seguinte:

- Os **Granéis Sólidos** representaram 42,54% do tráfego total do porto em 2005 e um crescimento de 32,25%, face a 2004, desempenhando papel decisivo para o crescimento do movimento portuário (+345 mil toneladas);

- A **Carga Geral** representou 41,35% do tráfego total do porto em 2005 e uma diminuição de 5,42%, face a 2004;

- Os **Granéis Líquidos**, com um movimento de 536.257 toneladas em 2005, representaram 16,11% do movimento total, registando-se, em relação a 2004, decréscimo de 11,74%.



O ano de 2005 surge caracterizado por um reajustamento da repartição por tipologia das cargas movimentadas, tendo, pela primeira vez, o tráfego dos **Granéis Sólidos** superado o tráfego tradicionalmente mais significativo a Carga Geral Fraccionada.

1.2.1.1. Granéis Sólidos

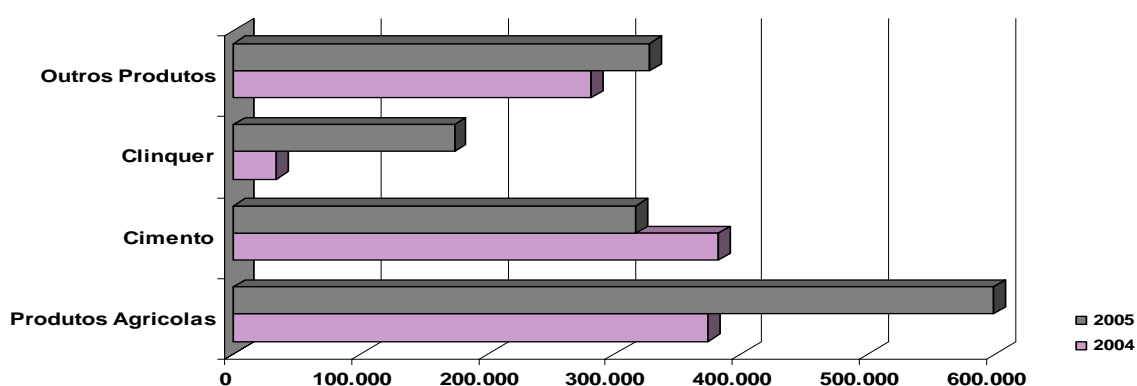
O tráfego de **Granéis Sólidos** do porto de Aveiro atingiu 1.416.231 toneladas em 2005, sendo constituído essencialmente por importações (79,98%) e composto por três categorias principais:

- Produtos Agrícolas: representaram 42,27% do movimento dos Granéis Sólidos em 2005 e um crescimento de 224.716 toneladas (+60,09%) face a 2004. Este crescimento está directamente relacionado com os ritmos de produção de cereais na Europa, que exercem um efeito determinante na movimentação de produtos agrícolas no porto de Aveiro;

- Cimento: representou 22,34% do movimento de Granéis Sólidos no ano em análise, e uma diminuição de 65.580 toneladas (-17,17%), face a ano anterior;

- Clinker: representou 12,28% do movimento dos Granéis Sólidos em 2005, e um crescimento de 140.376 toneladas (+418,29%) face a 2004, justificado pela tendência de exportação dos produtos nacionais;

- Outros Produtos: representaram 23,11% do tráfego dos Granéis Sólidos em 2005 e um crescimento de 45.833 toneladas (+16,29%). Este tipo de mercadorias agrupa uma dúzia de produtos diversos, designadamente argilas, sal, ureia (mesmo em solução aquosa), feldspato, caulino, desperdícios de vidro, minério de ferro, granito serrado e cinzas.



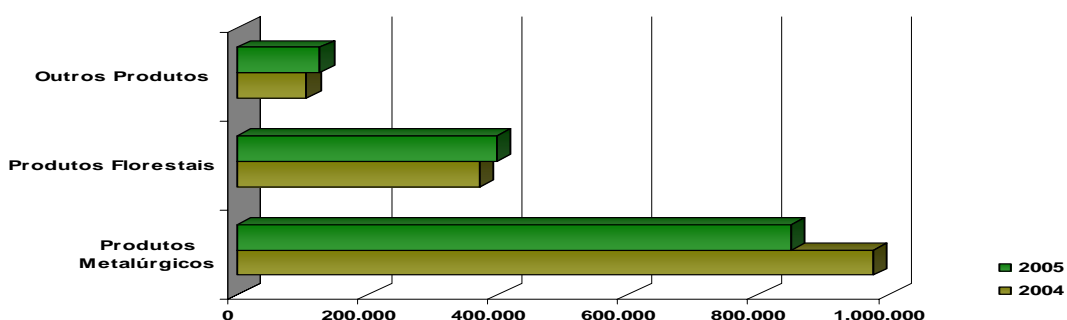
1.2.1.2. Carga Geral Fraccionada

As **Cargas Fraccionadas** atingiram 1.376.328 toneladas do tráfego total do porto em 2005, apresentando assim uma diminuição de 5,42% (78.843 toneladas). Este tipo de mercadoria é composto por três categorias principais:

- Produtos metalúrgicos, que representaram, em 2005, 61,71% deste tipo de tráfego e um forte decréscimo de 127.524 toneladas (-13,06%) relativamente a 2004, em resultado dos fenómenos associados à forte procura dos mercados asiáticos. Os principais contribuintes para esta variação negativa foram os perfis de aço, o coils e o arame, com -54.382 toneladas, -37.679 toneladas e -30.729 toneladas, respectivamente.

- Produtos florestais, responsáveis por 29,02% das cargas fraccionadas em 2005, apresentaram um aumento de 28.184 toneladas (+7,59%), relativamente ao ano anterior;

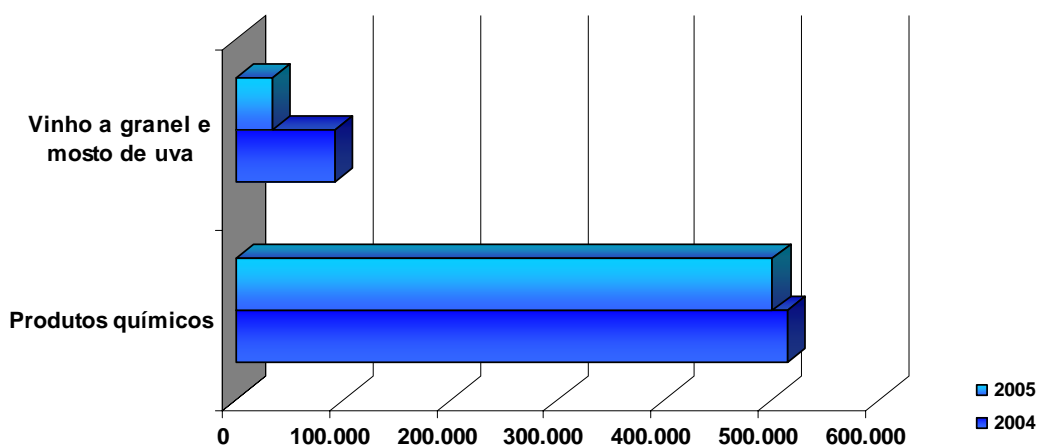
- Outros produtos, representando 9,27% do tráfego deste tipo de carga no ano em análise, categoria constituída essencialmente pela importação de equipamento de energia eólica (15,19%), peixe congelado (13,49%) e exportação de cimento em sacos (23,98%) e de malha sol (14,73%). Esta categoria de produtos registou um aumento de 20.496 toneladas, face a 2004.



1.2.1.3. Granéis Líquidos

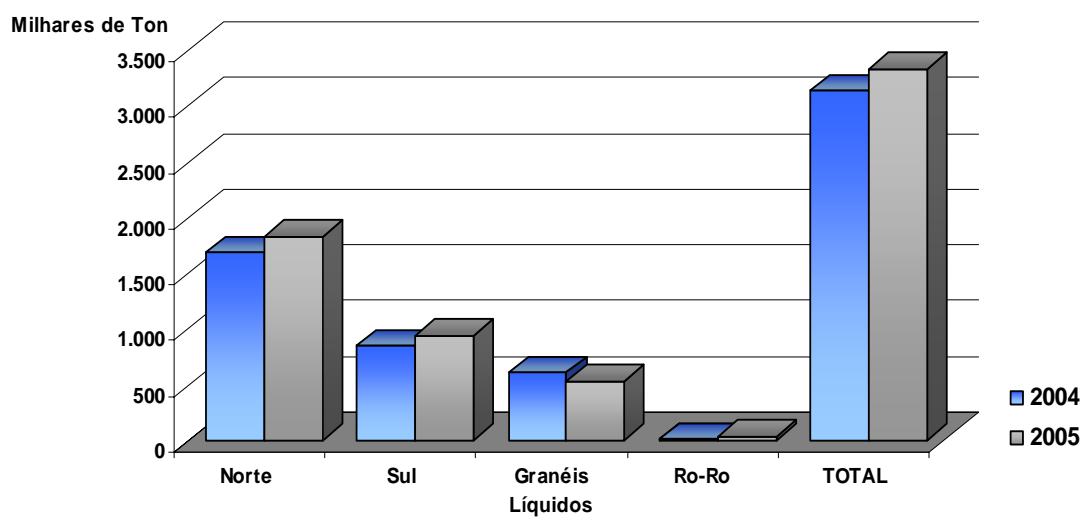
Os **Granéis Líquidos**, pese embora a sua menor expressão no movimento total de mercadorias (16,11%), registaram um movimento de 536.257 toneladas, (diminuição de 71.314 toneladas em relação a 2004). Este decréscimo deve-se fundamentalmente à diminuição da exportação do vinho comum a granel (-51.085 toneladas).

Os produtos químicos, tanto os importados (cloreto de vinilo, metanol, hidróxido e peróxido, benzeno, ...), como os exportados (isocianatos, anilina, nitrobenzeno, colas, ...), registaram uma quebra, face a 2004, de -13.735 toneladas, conforme se pode observar no gráfico seguinte.



1.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal

Movimento de Mercadorias por Terminal



O **Terminal Norte** movimentou 1.825.777 toneladas, representando um acréscimo de 144.387 toneladas (+8,59%), justificado pelo aumento dos Granéis Sólidos (ver quadro seguinte).

	2004	2005	%05/04
Total – Terminal Norte	1.681.390	1.825.777	8,59%
Granéis Líquidos	5.672	3.682	-35,10%
Granéis Sólidos	786.657	1.083.978	37,80%
Carga Geral	889.061	738.117	-16,98%

Crescimento indexado à entrada em exploração da **Ampliação do Terminal Norte** (Julho de 2004), o que permitiu ao porto aumentar a capacidade de oferta de cais.

O principal tipo de carga movimentado no **Terminal Sul** é a Carga Geral, com 625.103 toneladas, representando um acréscimo, face a 2004, de 61.324 toneladas (+10,88%).

	2004	2005	%05/04
Total – Terminal Sul	848.009	935.211	10,28%
Granéis Sólidos	284.230	310.108	9,10%
Carga Geral	563.779	625.103	10,88%

No **Terminal de Granéis Líquidos**, o movimento de mercadorias ascendeu a 531.673 toneladas, representando um decréscimo, face ao ano transacto, de 70.226 toneladas (-11,67%).

	2004	2005	%05/04
Total – Terminal de Granéis Líquidos	601.899	531.673	-11,67%
Granéis Líquidos	601.899	531.673	- 11,67%

No que concerne ao **Terminal Ro-Ro**, movimentaram-se 35.253 toneladas, mais 32.893 que em 2004. Para estes resultados contribuiu o funcionamento em doze meses do terminal. Recorde-se que o Terminal Ro-Ro entrou em funcionamento a 1 de Junho de 2004.

	2004	2005	%05/04
Total – Terminal Ro-Ro	2.359	35.253	1.394,26%
Granéis Sólidos	0	22.145	N/A
Carga Geral	2.359	13.108	455,59%

1.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

As **importações** representaram mais de 74% do tráfego com o exterior, sendo os produtos metalúrgicos e os cereais as principais mercadorias. Apesar da diminuição no movimento destes produtos (-132.509 toneladas e -222.260 toneladas, respectivamente), as importações registaram um crescimento de 0,13%, face a 2004.

	2004	2005	%05/04
Total de Mercadorias	3.133.657	3.328.816	6,23%
Importações	2.470.130	2.473.417	0,13%
Carga Geral	1.062.028	961.705	-9,45%
Granéis Sólidos	1.009.191	1.132.684	12,24%
Granéis Líquidos	398.911	379.028	-4,98%
Exportações	663.527	855.399	28,92%
Carga Geral	393.171	414.623	5,46%
Granéis Sólidos	61.696	283.547	359,59%
Granéis Líquidos	208.660	157.229	-24,65%

Em 2005, verificou-se uma variação positiva nas **exportações** de 191.872 toneladas (+28,92%), representando 25,70% do total do movimento portuário. O clínquer, com +173.935 toneladas, foi a mercadoria que mais contribuiu para este aumento.

1.3. Sector das Pescas

No ano de 2005, o pescado transaccionado no **Porto de Pesca Costeira**, vocacionado principalmente para a pesca artesanal e de arrasto, registou uma diminuição de 3,30% face a 2004.

O **Porto de Pesca do Largo** registou uma diminuição de 17,45% em relação a 2004.

	2003		2004		2005	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	7.415	—	7.233	—	6.994	—
Porto Pesca do Largo	22.903	58	18.114	45	14.954	35

2. INVESTIMENTOS

O montante de investimento executado em 2005 ascendeu a 6.500 mil euros, sendo que 5.627 mil euros correspondeu a projectos de investimento estruturais e 873 mil euros a investimentos funcionais.

Dos principais investimentos estruturais previstos, no Plano de Ordenamento e Expansão do porto de Aveiro, definido para o período 2000-2006, verificou-se a **conclusão da empreitada de construção do Terminal de Granéis Líquidos**, que se traduz num aumento da capacidade de movimentação de granéis líquidos, materializada em três novos postos de acostagem, com fundos adjacentes à cota -12m (Z.H.), e num acréscimo da área de terraplenos em mais 330 mil m². Note-se, no entanto, que a exploração de tais infra-estruturas apenas deverá ocorrer durante o segundo trimestre de 2007, após a conclusão da empreitada de execução das esteiras para a colocação dos *pipelines* que farão a ligação dos postos de acostagem às zonas de armazenagem.

No final de 2005, o projecto de execução da esteira encontrava-se em fase de projecto técnico, prevendo-se a sua conclusão em Abril de 2006.

O projecto de construção do **terminal especializado de Granéis Sólidos** constituir-se-á como outro dos investimentos contribuintes para o aumento da capacidade instalada do porto de Aveiro: proporcionará aos agentes económicos do seu *hinterland* mais 750 metros de cais, com fundos adjacentes à cota -12m (Z.H.), e mais 260 mil m² de terraplenos. No final de 2005, o referido projecto encontrava-se em **execução a empreitada de 1ª estabelecimento da respectiva bacia de manobras**, prevendo-se a sua conclusão e entrada de exploração em Outubro de 2006. Note-se que esta empreitada foi adjudicada em meados de Novembro de 2005 pelo custo de 10.075 mil euros, com um prazo global de execução de 7,5 meses.

Relativamente aos investimentos definidos no âmbito da melhoria das acessibilidades do porto de Aveiro, verificou-se, a **conclusão das alterações introduzidas ao projecto técnico da 3.ª fase da Via de Cintura Portuária**, por força das recomendações previstas em sede da respectiva Declaração de Impacte Ambiental. Prevê-se que o processo de concurso público para a adjudicação da correspondente empreitada de construção civil seja lançado durante o ano de 2006, permitindo a sua entrada em funcionamento a partir dos finais de 2008.

No que respeita às acções de **investimento funcionais**, destaca-se a beneficiação do Edifício 9, a construção de um furo de captação de água, a reconversão e a aquisição de equipamentos portuários, a instalação de um separadores de hidrocarbonetos e a conclusão do estudo referente à definição do modelo de exploração comercial dos terminais de carga seca da zona Norte.

Ainda no capítulo dos investimentos estruturais salienta-se o processo de **elaboração do Plano Estratégico do Porto de Aveiro para o período 2006-2015**, que vem responder à necessidade de estabelecer prioridades futuras, atendendo ao facto do Plano de Ordenamento e Expansão, definido para o período 2000-2006, se encontrar em fase final de execução.

3. CONCESSÕES

3.1. Terminal Sul

Durante o ano de 2005, assistiu-se a um aumento do movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa **Socarpor – Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.**; registou-se um crescimento de 10,28% (ver ponto 1.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal).

3.2. Reboques

A *Concessão da Prestação da Actividade de Reboque, em regime de serviço Público, no porto de Aveiro* à **TINITA – Transportes e Reboques Marítimos, S.A.** permitiu não só reforçar a frota de rebocadores ao dispor dos clientes do porto, como também estabilizar o tarifário do serviço.

O ano de 2005 pautou-se pelo aumento do número de manobras (ver quadro infra). Refira-se ainda que a concessionária iniciou a sua operação a 1 de Março de 2004.

Designação	Número de manobras	
	2004	2005
Total de Manobras	890	1.030
Com 1 Rebocador	579	708
Com 2 Rebocadores	307	318
Com 3 Rebocadores	2	4
Com 4 Rebocadores	2	0

3.3. Navalria

A actividade de reparações navais efectuadas pela **Navalria, S.A.** registou uma diminuição no ano de 2005, devido ao decréscimo do número de navios intervencionados.

4. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

No âmbito do Sistema de Gestão Ambiental implementado foram desenvolvidas acções que se prendem com a melhoria do desempenho ambiental da APA e com o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente:

- finalização do **Plano de Recepção e Gestão de Resíduos do Porto de Aveiro**, com a entrada em funcionamento, no mês de Outubro, do Módulo MARPOL, integrado no software GESPOR do Centro de Despacho de Navios, o que permite dar cumprimento ao Decreto-lei n.º 165/2003, relativo à gestão de resíduos de navios;
- acções conducentes à **gestão racional da água e energia**. Refira-se que o incremento nas medições dos consumos, a actualização dos cadastros e o cálculo de perdas, permitirão em próximos ciclos estabelecer estratégias de intervenção e racionalização dos recursos;
- **tratamento das águas residuais** provenientes de oficinas e garagens, com a instalação de dois separadores de hidrocarbonetos;
- execução dos Planos e Programas anuais, decorrentes do normal funcionamento do SGA, de que são exemplos o **Programa de Gestão Ambiental**, o **Programa de Auditoria Ambiental** e o **Plano de Formação da APA**.

Importa sublinhar que o trabalho desenvolvido em 2005, nomeadamente auditorias ambientais a instalações sitas no Porto de Aveiro e a implementação do sistema de gestão de resíduos de navios permitiu ainda influenciar o desempenho ambiental da Comunidade Portuária.

5. SEGURANÇA NO PORTO

Com o objectivo de estabelecer e aplicar medidas destinadas a reforçar a protecção dos navios utilizados nos tráfegos nacionais e internacionais, assim como nas instalações portuárias face às ameaças de acções ilícitas intencionais, foi criado o “Código ISPS”, Código Internacional de Segurança dos Navios e Instalações Portuárias, a vigorar desde 1 de Julho de 2004.

O Porto de Aveiro preparou as diversas instalações portuárias passíveis de aplicação do referido código, para que dessa forma os terminais ficassem certificados. Esta certificação obrigou a Administração a um esforço financeiro suplementar, dotando todo o espaço abrangido de meios mais seguros.

Assim, o Terminal Norte, Ro-Ro, o Terminal de Granéis Líquidos, Terminal Sul, Terminal Especializado de Descarga de Pescado e os Estaleiros da Navalria ficaram, a partir dessa data, sujeitos a um rigoroso controlo de acessos de pessoas e mercadorias.

Passado um ano da entrada em vigor do “Código ISPS”, é notória a melhoria no cumprimento das regras de segurança, provocando uma melhor qualidade nos serviços prestados.

6. TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A APA tem vindo a melhorar os sistemas de informação no porto de Aveiro de forma a desburocratizar os procedimentos e processos administrativos e a facilitar o acesso à informação.

6.1. Gespor

Este projecto entrou em funcionamento, via web, a 1 de Outubro de 2005. Consiste essencialmente na actualização das plataformas tecnológicas (*hardware* e *software*) e na introdução de novas funcionalidades aplicacionais, de modo a adaptá-las às tecnologias Internet, acompanhando assim a evolução que se observa em portos concorrentes e respondendo às necessidades dos clientes dos serviços portuários. O **Gespor** proporciona a troca electrónica de dados entre as várias autoridades públicas nos portos (Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo – DGAIEC, Autoridade Marítima, Brigada Fiscal, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Sanidade Marítima e PIF – Postos de Inspeção Fronteiriça, bem como outras entidades oficiais da União Europeia).

Ao sistema do **Gespor** encontram-se ligados, em ambiente web, 162 utilizadores, pertencentes à APA, Alfândega, Brigada Fiscal, Capitania, Port State Control, Agentes de Navegação, Empresas de Estiva, PIF e Empresas de Superintendência de Cargas.

6.2. PIPE – Procedimentos e Informação Portuária Electrónica

Este projecto, no âmbito da APP – Associação dos Portos de Portugal (APP) consiste num estudo de *Normalização de Informação, Simplificação e Harmonização de Procedimentos nos Portos Portugueses* que inclui um conjunto de acções que se enquadram num programa mais vasto de promoção do transporte marítimo de curta distância, através da constituição da Auto-Estrada Marítima da Europa Ocidental.

O estudo abrange os portos comerciais nacionais integrados na RTE-T (Rede Transeuropeia de Transportes), quer do Continente, quer das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, do qual faz parte o porto de Aveiro.

As acções a realizar envolvem, numa primeira fase:

- O levantamento da actual situação e práticas em uso nos diferentes portos;
- A simplificação, normalização e harmonização de procedimentos nos portos nacionais;
- A definição de normas nacionais onde estejam explícitos procedimentos, informação necessária e padrões de serviço de cada entidade;
- Estudo de soluções para a prestação de serviços por via electrónica (electronic service delivery), tendo em conta:
 - Os procedimentos oficiais exigidos pela legislação nacional e directivas comunitárias, identificando os constrangimentos existentes e propondo um plano de acção para a sua eliminação;
 - Os regulamentos, editais e outros normativos emitidos pelas autoridades públicas com intervenção nos portos, identificando os constrangimentos existentes e propondo um plano de acção para a sua eliminação;
 - As exigências de troca de informação de suporte às transacções comerciais entre e com entidades privadas, uma vez que estas entidades actualmente também são co-responsáveis pelo volume de circulação de papel nos portos nacionais.

Numa segunda fase, proceder-se-á ao desenvolvimento e “upgrade” das aplicações informáticas da gestão portuária, tendo em consideração a normalização, simplificação e harmonização de procedimentos alcançada com a implementação das soluções apontadas pelo estudo elaborado na primeira fase.

Dever-se-á conseguir, com a implementação desta fase, a adaptação dos sistemas informáticos de gestão portuária às facilidades conseguidas pela Internet, possibilitando que toda a informação associada à movimentação de navios e respectiva carga, durante as escalas no

porto, flua entre todos os intervenientes, de um modo fácil, rápido e seguro, com custos de exploração baixos.

Inclui-se, ainda, nesta segunda fase, a implementação das propostas de alteração legislativa resultantes do estudo.

Pretende-se, igualmente, que, através dos sistemas informáticos de gestão portuária, seja operacionalizado o conceito de “Janela Única”, onde todos os intervenientes na operação portuária possam, sem recurso a outro meio, fornecer e receber informação sobre o movimento de navios, passageiros e mercadorias que escalam os portos de Portugal.

6.3. GIAF

No ano de 2005, procedeu-se à implementação de um novo ERP de gestão financeira (GIAF) e da introdução de uma “intranet” (MyGiaf), associados ao objectivo de melhoria da eficiência interna da empresa.

O **GIAF** consiste, essencialmente, num sistema de informação integrado de gestão financeira, que contribui de forma decisiva para o aumento da produtividade dos serviços da APA, atendendo a que permitirá uma redução da duplicação de tarefas e uma maior automatização dos registos.

Paralelamente à modernização do *back-office*, a APA, passou a disponibilizar à generalidade dos seus colaboradores, a partir do último trimestre de 2005, o acesso ao MyGiaf. Trata-se de uma “intranet”, através da qual os colaboradores autorizados passaram, nesta fase, a realizar pedidos de economato electrónicos, em substituição do circuito documental existente, tornando-o, assim, mais rápido e mais expedito.

Refira-se ainda, que para além do processo de *workflow* de economato, prevê-se que, em 2006, o MyGiaf fique dotado de outras funcionalidades. Estas serão, essencialmente, o desenvolvimento de um processo de *workflow* de compras, de controlo de gestão pelas unidades de negócio (as respectivas chefias passaram a registar as suas previsões de custos e de proveitos no sistema, como também a acompanhar os correspondentes desvios) e de

gestão de Recursos Humanos (esta permitirá aos trabalhadores da APA, S.A. fazer consultas os seus dados pessoais e outros elementos, marcar e ser notificado da aprovação das férias, justificar ausências, etc).

6.4. Portal

No mês de Junho foi apresentada uma **nova versão online do portal** do porto de Aveiro - <http://www.portodeaveiro.pt> - com um novo grafismo, nova filosofia de navegação e também disponível em língua inglesa. A APAnet foi uma das novidades a assinalar no novo portal. Trata-se de uma área dedicada exclusivamente aos clientes/parceiros de negócio da APA que permite a consulta privada aos sistemas de informação interna, nomeadamente a consulta ao sistema financeiro (GIAF) onde podem ser visualizadas as contas-correntes de cada cliente, através da atribuição de *password*, como também o envio de sugestões, reclamações ou dúvidas para a APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. através do espaço de “*Apoio ao Cliente*”.

Destaque especial, ainda para “Portofolio” (www.portodeaveiro.pt/portofolio), espaço integralmente composto por belíssimas fotografias do porto de Aveiro, (aéreas, terrestres e outras captadas em pleno mar) trabalhos da autoria do consagrado fotógrafo João Ferrand.

6.5. Newsletter electrónica

Com o objectivo de promover a imagem, a história e a divulgação periódica dos objectivos e principais acções deste porto, nos diversos domínios de actividade foi lançada em Maio de 2005 a **Newsletter electrónica**. Tendo começado com periodicidade mensal, passou pouco tempo depois a ser difundida semanalmente.

Refira-se ainda que todas as notícias publicadas sobre o porto de Aveiro, quer na imprensa nacional e quer local, podem ser visualizadas em www.portodeaveiro.pt/clip.

7. RECURSOS HUMANOS

7.1. Caracterização

7.1.1. Evolução do Vínculo

Designação	N.º de Trabalhadores		
	2003	2004	2005
Total do efectivo	123	124	124
Mandatados	3	3	3
Efectivos	117	118	119
Requisitados	0	1	1
Contratados	3	2	1

O ano de 2005 regista manutenção do número de trabalhadores (124), verificando-se a entrada de 1 trabalhador (por transferência da APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.) e a saída de um outro (por aposentação).

Saliente-se que mais de 96% dos trabalhadores se encontravam, a 31 de Dezembro de 2005, vinculados ao quadro desta administração portuária.

7.1.2. Evolução por Níveis de Qualificação Profissional

Designação	N.º de Trabalhadores		
	2003	2004	2005
Total	123	124	124
Dirigentes	3	3	3
Quadros Superiores	29	30	31
Quadros Médios	4	4	4
Quadros Intermédios	7	8	8
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados	53	53	53
Profissionais Semi - Qualificados	11	10	10
Profissionais não Qualificados	16	16	15

Pela análise do quadro acima verifica-se uma diminuição no número de efectivos na categoria de **Profissionais não Qualificados** (-1 trabalhador), e o acréscimo de um trabalhador nos **Quadros Superiores** da empresa.

7.1.3. Distribuição do Efectivo por Afectação Orgânica

Pela análise do quadro infra, verificamos que as direcções com maior número de trabalhadores continuam a ser a **Exploração Portuária** e a **Administrativa e Financeira**, com 44 e 23 trabalhadores respectivamente.

Designação	N.º de Trabalhadores		
	2003	2004	2005
Total de Trabalhadores	123	124	124
Top - Management	3	3	3
Apoio à Administração	3	3	3
Assessoria Jurídica	1	1	1
Auditoria e Controlo de Gestão	1	1	1
Apoio à Estratégia, Com., Imagem e Marketing	5	5	4
Exploração Portuária	43	43	45
Infra-estruturas	15	16	16
Gestão de Espaços e Ambiente	9	9	8
Administrativa e Financeira	24	24	23
Pilotagem	17	16	17
Segurança	2	3	3

7.1.4. Estrutura Organizativa

Pretende-se com este ponto, dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, de 6 de Outubro.

Refira-se que a Assembleia Geral da APA, S.A. de 21 de Abril de 2005 elegeu novos Órgãos Sociais, pelo que a análise deste ponto será efectuada de 1 de Janeiro a 20 de Abril e de 21 de Abril a 31 de Dezembro.

7.1.4.1. Órgãos Sociais

Nos quadros abaixo são apresentados os Órgãos Sociais da APA, S.A., que exerceram funções durante o ano de 2005.

- Mesa da Assembleia Geral

De 01 de Janeiro a 20 de Abril	De 21 de Abril a 31 de Dezembro
Presidente	Presidente
Associação Industrial do Distrito de Aveiro (Representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho)	Associação Industrial do Distrito de Aveiro (Representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho)
Secretário da Mesa	Secretário da Mesa
Associação Comercial de Aveiro	Dr. ^a Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio

- Conselho de Administração

De 01 de Janeiro a 20 de Abril	De 21 de Abril a 31 de Dezembro
Presidente	Presidente
Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz	Eng. José Luís de Azevedo Cacho
Vogais	Vogais
Eng. Ângelo Pereira Pires	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva
Eng. José Manuel da Silva Mota	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques

- Fiscal Único

De 01 de Janeiro a 20 de Abril	De 21 de Abril a 31 de Dezembro
Efectivo	Efectivo
Dr. José Domingos da Silva Fernandes	PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (Representada por Dr. José Pereira Alves)
Suplente	Suplente
Dr. Manuel David Rodrigues Leite de Assunção	Dr. José Manuel Henriques Bernardo

7.1.4.2. Estruturas Orgânicas atribuídas à coordenação de cada um dos membros do Conselho de Administração

A coordenação das Estruturas Orgânicas, durante o exercício de 2005, foi distribuída pelos membros do Conselho de Administração, da seguinte forma:

De 01 de Janeiro a 20 de Abril	De 21 de Abril a 31 de Dezembro
Presidente, Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz	Presidente, Eng. José Luís de Azevedo Cacho
Direcção Administrativa e Financeira	Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: área funcional de concessões para projectos com importância estratégica para o Porto de Aveiro
Auditoria e Controlo de Gestão	Gabinete de Apoio à Estratégia, Comunicação e Marketing
Gabinete Jurídico	Gabinete Jurídico
Gabinete de Apoio à Estratégia, Comunicação e Marketing	Direcção de Exploração Portuária
Vogal, Eng. Ângelo Pereira Pires	Departamento de Pilotagem
Direcção de Infra-Estruturas	Vogal, Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva
Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente	Direcção de Infra-Estruturas
Vogal, Eng. José Manuel da Silva Mota	Divisão de Segurança
Direcção de Exploração Portuária	Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: áreas funcionais de licenciamentos, ocupações e Ambiente
Divisão de Segurança	Vogal, Dr. Luís Manuel Dionísio Marques
Departamento de Pilotagem	Direcção de Gestão de Espaços e Ambiente: área funcional de gestão de inertes
	Auditoria e Controlo de Gestão
	Direcção Administrativa e Financeira

7.1.4.3. Remunerações dos Órgãos Sociais

7.1.4.3.1. Assembleia Geral

A remuneração auferida pela Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, durante o ano de 2005, foi de 2.289,89€.

	Valores em euros	
	De 01 de Janeiro a 20 de Abril	De 21 de Abril a 31 de Dezembro
Presidente	1.635,93	
Secretário da Mesa	326,98	326,98

7.1.4.3.2. Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal único, durante o ano de 2005, foi de 16.485€.

Valores em euros	
De 01 de Janeiro a 20 de Abril	De 21 de Abril a 31 de Dezembro
2.500,00	13.985,00

7.1.4.3.3. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da APA, S.A. de 01 de Janeiro a 20 de Abril de 2005, auferiu as seguintes remunerações:

Valores em euros			
	Remuneração Principal	Despesas de Representação	Rendimentos em Espécie
Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz	30.891,42	5.885,84	1.317,83
Eng. Ângelo Pereira Pires	28.305,38	8.491,59	1.111,95
Eng. José Manuel da Silva Mota	20.484,73	4.386,96	1.111,95

O actual Conselho de Administração da APA, eleito para o triénio 2005-2007, por deliberação da Assembleia Geral de 21 de Abril de 2005, auferiu no ano em análise, as seguintes remunerações:

Valores em euros			
	Remuneração Principal	Despesas de Representação	Rendimentos em Espécie
Eng. José Luís de Azevedo Cacho	43.443,19	13.733,63	1.065,44
Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva	37.776,70	10.236,24	1.512,25
Dr. Luís Manuel Dionísio Marques	37.776,70	10.236,24	1.512,25

Todas as remunerações resultam da aplicação da deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações da APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. de 27 de Agosto de 2002.

Os rendimentos em espécie dizem respeito à utilização de viatura da empresa, conforme estatuído no n.º 5 do art. 24 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

Aos actuais membros do Conselho de Administração e ao Eng.º Ângelo Pereira Pires, pertencente ao anterior, é aplicado o regime Geral da Segurança Social. Aos restantes membros do anterior Conselho de Administração, Eng. João Pedro Braga da Cruz e Eng. José Manuel da Silva Mota, o regime aplicado foi o da Caixa Geral de Aposentações.

Não existem Planos Complementares de reforma na empresa.

7.2. Indicadores

7.2.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	2003	2004	2005
1. Efectivo	123	124	124
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	205.284	211.092	237.072
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	474	578	666
4. Absentismo (horas de ausência)	5.489	5.180	10.719
6. Horas Efectivamente Trabalhadas (2+3-4)	200.269	206.490	227.019
7. Horas Trabalhadas /Homem (6:1)	1.628	1.665	1.831
8. Taxa de Absentismo (4:2x100)	2,67%	2,45%	4,52%
9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)	0,23%	0,27%	0,28%

O aumento verificado na **Taxa de Absentismo** em 2005 é explicado essencialmente por ausências ao Trabalho motivadas por doença, conforme apresentado no quadro infra.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2003	2004	2005
Total	5.489	5.180	10.719
Acidente de trabalho	1.115	1.376	1.524
Doença	1.630	2.157	8.034
Assistência inadiável	253	291	0
Maternidade / Paternidade	901	1.029	116
Outras Causas	1.590	327	1.045

7.2.2. Formação com o Pessoal

Motivos de ausência	2003	2004	2005
Número total de horas de acção de formação	181	499	662
Número de acções	16	41	22
Número de formandos	280	263	104

A Formação desenvolveu-se essencialmente nas áreas de Informática, Ambiente e Administrativa / Financeira, sendo que nas 22 acções participaram 104 formandos.

7.2.3. Produtividade

	2003	2004	2005
Toneladas Movimentadas (1)	2.964.621	3.133.657	3.328.816
Horas trabalháveis (2)	205.284	211.092	237.072
Produtividade (1)/(2)	14,44	14,84	14,04

Em 2005 assistiu-se a um decréscimo da produtividade, medida em função da carga movimentada no porto e das horas trabalháveis.

7.3. Custos com o Pessoal

Indicadores	2003	2004	2005
1. Custos com o Pessoal	5.121.848	5.037.106	5.226.229
2. Massa Salarial	4.000.745	4.142.360	4.448.550
3. Efectivo	123	124	124
4. Horas Trabalháveis	205.284	211.092	237.072
Despesa Média por Trabalhador (1:4)	24,95	23,891	22,04
Massa Salarial / Efectivo (2:3)	32.526,38	33.406,13	35.875,40

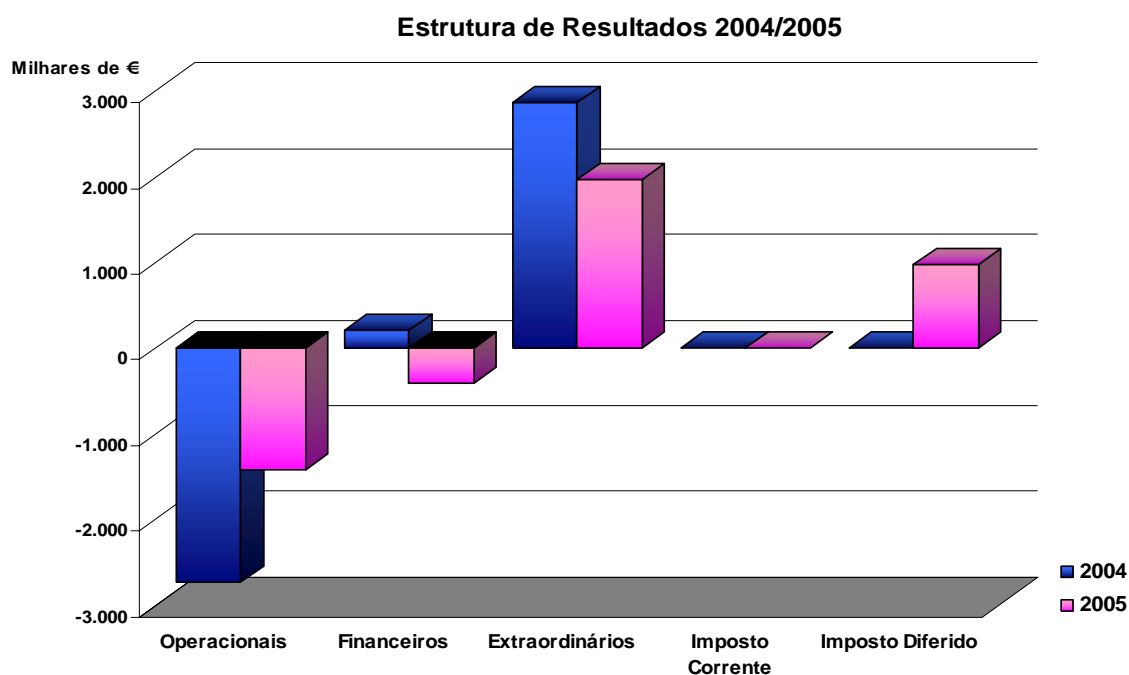
7.4. Outros Custos com o Pessoal

Acção Social	2003	2004	2005
Seguro de Saúde	40.455	39.322	40.884
Medicina no Trabalho	7.157	5.907	8.525
Pensões	27.515	11.387	11.387

8. ANÁLISE ECONÓMICA - FINANCEIRA

8.1. Situação Económica

O exercício económico de 2005 apresentou um **Resultado Líquido positivo** de 1.400.700 euros, o que significou uma melhoria de 1.066.265 euros face ao ano anterior. Concorre de forma determinante para o Resultado Líquido do Exercício de 2005, o reconhecimento dos Impostos Diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28 – Imposto sobre o Rendimento.



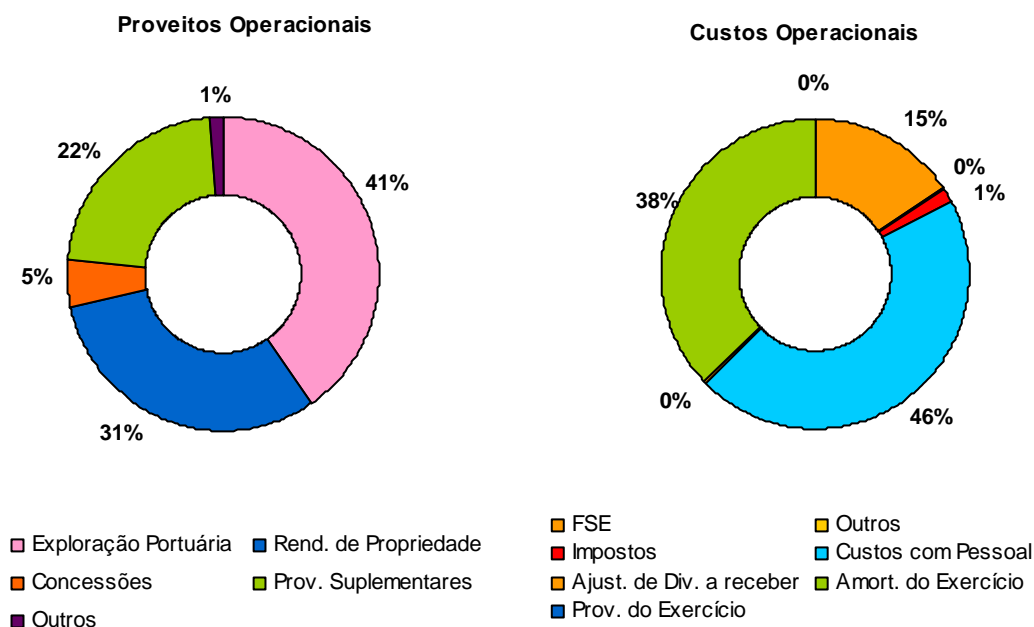
8.1.1. Resultados

8.1.1.1. Resultados Operacionais

Em 2005 a APA atingiu um **Resultado Operacional** negativo de 1.427.909 euros, apresentando desta forma uma melhoria significativa face a 2004 (46,80%).

A diminuição do prejuízo operacional teve como principal causa o aumento do Volume de Negócios (+1.287.693 euros).

Nos gráficos seguintes é apresentada a repartição dos Proveitos e dos Custos Operacionais de 2005.



No conjunto dos **Proveitos Operacionais**, destacam-se não só os provenientes dos Rendimentos de Propriedade (3.140 mil euros) como também da Exploração Portuária (4.063 mil euros).

Comparativamente a 2004, assistiu-se a um acréscimo de 1.287.693 euros, nos **Proveitos Operacionais** justificado essencialmente pelas sub-rubricas com maior peso, conforme se pode observar no quadro seguinte.

	2004	2005	%05/04
Proveitos Operacionais	8.776.707	10.064.400	14,67%
Exploração Portuária	3.608.578	4.063.147	12,60%
Rendimentos de Propriedade	2.637.281	3.140.299	19,07%
Proveitos de Concessões	366.549	492.786	34,44%
Proveitos Suplementares	2.102.034	2.222.598	5,74%
Outros Proveitos Operacionais	62.265	145.570	133,79%

Em termos globais os **Custos Operacionais** registaram um acréscimo de 0,28%, comparativamente com o exercício anterior. Algumas rubricas operacionais registaram variações, tanto positivas como negativas:

- Amortizações do exercício (+342 mil euros);
- Custos com o Pessoal (+189 mil euros);
- Fornecimentos e Serviços Externos (+64 mil euros);
- Ajustamentos de dívidas a receber (-537 mil euros).

	2004	2005	% 05/04
Custos Operacionais	11.460.520	11.492.308	0,28%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.716.905	1.780.406	3,70%
Impostos	149.485	144.411	-3,39%
Custos com o Pessoal	5.037.106	5.226.229	3,75%
Amortizações do Exercício	3.920.328	4.262.569	8,73%
Ajustamentos de dívidas a receber	563.498	26.510	-96,30%
Provisões do Exercício	4.749	9.498	100,00%
Outros Custos e Perdas Operacionais	68.448	42.659	-37,68%

8.1.1.2. Resultados Financeiros

A APA obteve Resultados Financeiros negativos de 416.250 euros, inferiores aos do ano de 2004 em 615.013 euros. Esta significativa alteração ficou a dever-se, essencialmente, aos seguintes factores:

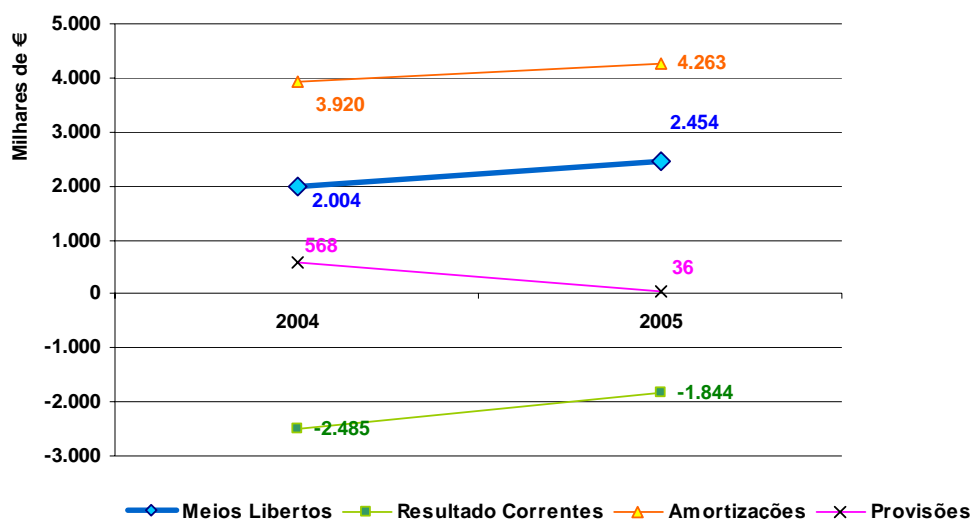
- acréscimo de custos financeiros referentes ao endividamento de longo prazo com o Banco Europeu de Investimentos (196.097 euros);
- ajustamento das responsabilidades financeiras no empréstimo obrigacionista APP (169.406 euros), conforme se explica na Nota 48 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2005.

8.1.1.3. Resultados Extraordinários

A variação negativa de 30,70% verificada nos Resultados Extraordinários, no ano de 2005, resultou essencialmente pelo registo, em 2004, de reversão de activos, concessionados à “BEMSECA – Comércio de Bacalhau, S.A.”.

8.1.2. Fundos Libertos

A APA obteve, em 2005, um crescimento do *Cash-Flow* de 22,51% face a 2004, justificado essencialmente pelo aumento dos Resultados Correntes.



8.1.3. Valor Acrescentado Bruto

O aumento do Valor Acrescentado Bruto no ano de 2005, decorre essencialmente do aumento verificado nos Resultados Operacionais (+1.255.903 euros) e das Amortizações (+342.268 euros), conforme apresentado no quadro infra.

	2004	2005
VAB / N.º de Efectivos	57.780	70.270
N.º de Efectivos	124	124
VAB	7.164.667	8.713.471
Impostos	149.485	144.411
Custos com o Pessoal	5.037.106	5.226.229
Encargos Financeiros	173.313	472.135
Amortizações	3.920.328	4.262.596
Provisões	568.247	36.008
Resultado Operacional	-2.683.812	-1.427.908

8.2. Situação Financeira e Patrimonial

8.2.1. Imobilizado

No ano de 2005 verificou-se um aumento no Imobilizado Líquido de 0,95% face a 2004.

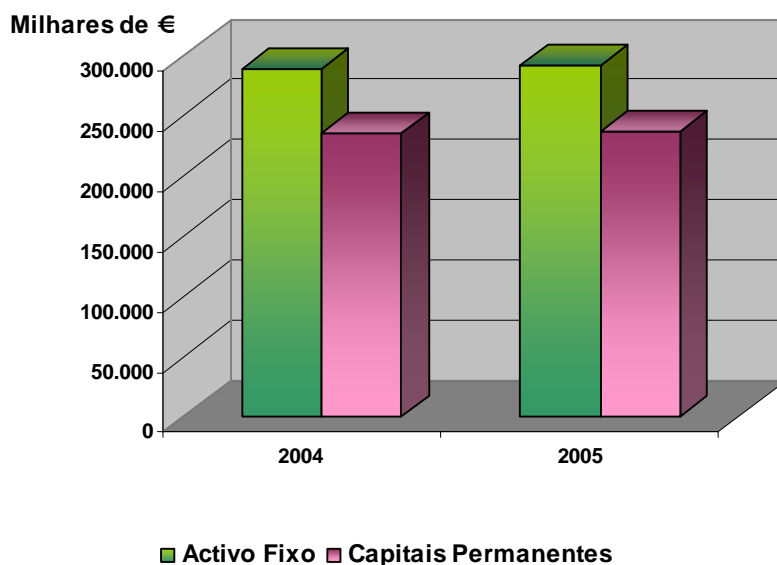
Refira-se ainda que o aumento das Amortizações Acumuladas resulta da conclusão dos projectos de Investimento e respectiva entrada em funcionamento. No ano de 2005 as amortizações, consideradas para os investimentos Ampliação do Terminal Norte (entrada em funcionamento a 1 Julho de 2004), e do Terminal Ro-Ro, (entrada em funcionamento a 1 de Junho de 2004), foram de 12 meses.

	2004	2005
Imobilizado Bruto	315.041.805	322.011.928
Amortizações Acumuladas	26.473.143	30.698.217
Imobilizado Líquido	288.568.662	291.313.711

8.2.2. Fundo de Maneio

No ano de 2005 ocorreu uma ligeira variação negativa no Fundo de Maneio (-457.300 euros).

Fundo de Maneio



8.2.3. Indicadores Financeiros de Estrutura

No quadro seguinte são apresentados indicadores financeiros de estrutura nos anos de 2004 e 2005.

	2004	2005
Liquidez Geral	0,80	1,90
Autonomia Financeira	0,71	0,71
Cobertura do Imobilizado	0,81	0,81

A **Liquidez Geral** apresenta um crescimento (+1,10) face a 2004. Este aumento é justificado essencialmente pela diminuição do Passivo de Curto Prazo.

Relativamente à **Autonomia Financeira** e **Cobertura Imobilizado** os valores mantiveram-se idênticos.

9. PROPOSTA DE RESULTADOS

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, o **Conselho de Administração da Administração do Porto de Aveiro, S.A.** propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2005, apurado no montante de 1.400.700 euros seja distribuído da seguinte forma:

- 10% - 140.070 euros - para reservas legais, em cumprimento do estatuído na alínea a) n.º1 do artigo 17.º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei 339/98 de 3 de Novembro;

- o remanescente - 1.260.630 euros - para cobertura de prejuízos transitados, em cumprimento do n.º1 do artigo 33 do Código Sociedades Comerciais.

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2006

O Conselho de Administração,

(José Luís de Azevedo Cacho)

(Luís Manuel Dionísio Marques)

(Rui António Monteiro Gomes de Paiva)

APA - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO, S.A.



BALANÇO EM 31/12/2005

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO DAS CONTAS POC		EXERCÍCIOS				CÓDIGO DAS CONTAS POC		EXERCÍCIOS	
		2005	2004	2005	2004			2005	2004
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos Acum.	Activo Líquido	Activo Líquido				
	ACTIVO						CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
	IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:		
	BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO								
451	Terrenos e Recursos Naturais	69.147.215,21	0,00	69.147.215,21	69.147.215,21	51	Capital social	30.000.000,00	30.000.000,00
452	Edifícios e Outras Construção	168.693.337,20	20.389.339,07	148.303.998,13	151.083.254,73	57	Reservas	189.783.511,07	189.783.511,07
441	Imobilizações em Curso de Bens Domínio Público	46.788.642,74	0,00	46.788.642,74	44.349.499,37	59	Resultados transitados	-7.568.653,16	-7.903.087,99
448	Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas	2.891.391,56	0,00	2.891.391,56	0,00		Subtotal	212.214.857,91	211.880.423,08
		287.520.586,71	20.389.339,07	267.131.247,64	264.579.969,31				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					88	Resultado líquido do exercício	1.400.699,72	334.434,83
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	100.757,18	87.602,51	13.154,67	33.306,11		Total do Capital Próprio	213.615.557,63	212.214.857,91
444	Estudos de Investigação e Desenvolvimento	554.996,25	0,00	554.996,25	337.719,68				
		655.753,43	87.602,51	568.150,92	371.025,79				
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						PASSIVO:		
421	Terrenos e Recursos Naturais	3.098.866,71	0,00	3.098.866,71	3.098.866,71		PROVISÕES:		
422	Edifícios e Outras Construção	14.521.866,06	3.971.795,60	10.550.070,46	11.032.933,57		Provisões para Pensões	616.067,78	1.212.536,82
423	Equipamento Básico	7.321.078,16	3.904.756,36	3.416.321,80	3.151.426,11	291	Outras provisões	759.813,10	759.813,10
424	Equipamento de Transporte	605.305,04	455.001,46	150.303,58	85.009,09	293		1.375.880,88	1.972.349,92
425	Ferramentas e Utensílios	183.308,16	131.238,57	52.069,59	54.781,70		DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:		
426	Equipamento Administrativo	946.589,46	701.280,66	245.308,80	128.868,74	2613	Fornecedores - Leasing	1.983,36	10.645,15
429	Outras Imobilizações Corpóreas	1.204.713,53	1.057.203,08	147.510,45	225.374,43	231	Empréstimos Bancários	22.283.376,06	20.788.401,30
441/2/3	Imobilizações em Curso	876.512,46	0,00	876.512,46	763.058,43			22.285.359,42	20.799.046,45
		28.758.239,58	10.221.275,73	18.536.963,85	18.540.318,78		DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					231	Empréstimos Bancários	253.708,44	241.414,92
414	Terrenos e Recursos Naturais	5.077.348,34	0,00	5.077.348,34	5.077.348,34	269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	6.302,52
		5.077.348,34	0,00	5.077.348,34	5.077.348,34	221	Fornecedores c/c	162.120,04	321.853,12
	CIRCULANTE:					226	Cauções de Fornecedores	69.620,69	56.616,82
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					228	Faturas em recepção e conferência	1.389.608,30	121.128,69
211	Clientes c/c	2.231.188,38		2.231.188,38	2.048.525,97	24	Estado e Outros Entes Públicos	164.886,69	153.264,83
218	Clientes de Cobrança Duvidosa	1.752.004,74	1.752.004,74	0,00	0,00	2611	Fornecedores de Imobilizado, c/c	78.719,42	4.257.990,32
24	Estado e outros Entes Públicos	753.723,51		753.723,51	844.727,66	2613	Fornecedores - Leasing	8.601,34	48.975,14
229/268	Outros Devedores	2.273.723,43		2.273.723,43	1.651.485,97		Outros Devedores e Credores	1.410.911,82	854.145,31
		7.010.640,06	1.752.004,74	5.258.635,32	4.544.739,60	213/5/6/7/9/262/378		3.538.176,74	6.061.691,67
	DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
12/3/4	Depósitos Bancários	1.478.195,04		1.478.195,04	319.398,72	273	Acrescimos de Custos	590.582,17	539.687,99
11	Caixa	2.525,93		2.525,93	2.543,30	274	Proveitos Diferidos	61.333.822,06	55.495.146,87
		1.480.720,97	0,00	1.480.720,97	321.942,02			61.924.404,23	56.034.834,86
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						Total do Passivo	89.123.821,27	84.867.922,90
27	Acrescimos de Proveitos	307.430,35		307.430,35	248.265,02				
272	Custos Diferidos	3.087.715,27		3.087.715,27	3.399.171,95		TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	302.739.378,90	297.082.780,81
276	Imposto Diferido Activo	1.291.166,24		1.291.166,24	0,00				
		4.686.311,86		4.686.311,86	3.647.436,97				
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		30.698.217,31						
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS		1.752.004,74						
	TOTAL DO ACTIVO	335.189.600,95	32.450.222,05	302.739.378,90	297.082.780,81				

Porto da Barra, 13 de Fevereiro de 2006

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

A 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

CONTAS		EXERCÍCIOS			
		2005 - DEZEMBRO		2004 - DEZEMBRO	
	CUSTOS E PERDAS				
62	Fornecimentos e serviços externos.....	1.780.406,57	1.780.406,57	1.716.904,87	1.716.904,87
64	Custos com o pessoal:				
641/2	Remunerações.....	3.967.475,65		3.718.344,53	
	Encargos sociais				
643/4	Pensões	558.257,21		703.865,91	
645/8	Outros	700.496,25	5.226.229,11	614.896,23	5.037.106,67
662+663+665	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo.....	4.262.596,33		3.920.328,45	
666	Ajustamentos de dívidas a receber.....	26.509,87		563.497,80	
67	Provisões.....	9.497,64	4.298.603,84	4.748,83	4.488.575,08
63	Impostos.....	144.410,59		149.484,00	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	42.658,72	187.069,31	68.448,14	217.932,14
	(A)		11.492.308,83		11.460.518,76
68	Juros e custos similares.....	472.134,79	472.134,79	173.313,30	173.313,30
	(C)		11.964.443,62		11.633.832,06
69	Custos e perdas extraordinários.....		40.006,33		71.141,61
	(E)		12.004.449,95		11.704.973,67
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		-1.284.809,58		9.014,54
	(G)		10.719.640,37		11.713.988,21
88	Resultado líquido do exercício.....		1.400.699,72		334.434,83
	PROVEITOS E GANHOS				
72	Prestações de serviços.....	7.696.232,48	7.696.232,48	6.612.408,09	6.612.408,09
73	Proveitos Suplementares	2.222.597,69		2.102.033,47	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	18.075,61		18.141,37	
77	Reversões de Amortizações e Ajustamentos	127.494,33	2.368.167,63	44.124,11	2.164.298,95
	(B)		10.064.400,11		8.776.707,04
78	Outros juros e proveitos similares.....	55.884,50	55.884,50	372.076,04	372.076,04
	(D)		10.120.284,61		9.148.783,08
79	Proveitos e ganhos extraordinários.....		2.000.055,48		2.899.639,96
	(F)		12.120.340,09		12.048.423,04

Resumo:			
Resultados operacionais: (B) - (A) =	-1.427.908,72	-2.683.811,72	
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	-416.250,29	198.762,74	
Resultados correntes: (D) - (C) =	-1.844.159,01	-2.485.048,98	
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	115.890,14	343.449,37	
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	1.400.699,72	334.434,83	

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2006

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Montantes expressos em euros)

	2005	2004
Vendas e prestações de serviços	7.696.232,48	6.612.408,09
Custo das vendas e das prestações de serviços	-9.246.232,39	-9.415.009,58
Resultados Brutos	-1.549.999,91	-2.802.601,49
Outros proveitos e ganhos operacionais a)	3.112.847,83	2.724.175,80
Custos de Distribuição	-191.465,18	-154.358,13
Custos Administrativos	-1.458.142,22	-1.198.675,15
Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00
Resultados Operacionais	-86.759,48	-1.431.458,97
Custo líquido de financiamento	-416.250,29	198.762,74
Ganhos (perdas) em outros investimentos	15.604,47	1.680,67
Resultados Correntes	-487.405,30	-1.231.015,56
Imposto sobre os resultados correntes	-6.356,66	-9.014,54
Resultados Correntes após impostos	-493.761,96	-1.240.030,10
Resultados Extraordinários	603.295,44	1.574.464,93
Imposto sobre os resultados extraordinários	1.291.166,24	0,00
Resultado líquido do exercício	1.400.699,72	334.434,83
Resultado por acção	0,23	0,06

a) Inclui 744.680,20 em 2004 e 603.997,96 em 2004 de subsídios ao investimento

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2006

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

	2005		2004	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes	9 378 175,22		8 623 316,66	
Pagamentos a fornecedores	1 448 298,30		1 583 550,00	
Pagamentos ao pessoal	5 146 385,74		4 889 398,14	
Fluxos gerados pelas operações	2 783 491,19		2 150 368,52	
Pagamento do imposto sobre rendimento	0,00		0,00	
Outros recebimentos e pagamentos relativos à actividade operacional	- 554 293,14		- 227 730,85	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	- 554 293,14		- 227 730,85	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	128 701,96		1 655,22	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	35 517,14		17 642,47	
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		2 322 382,87		1 906 650,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos respeitantes a:				
Subsídios	6 616 910,61		16 798 034,21	
Alienação de Imobilizado corpóreo	22 010,50		1 680,67	
Juros e proveitos e similares	73 145,82		69 847,96	
Reembolso de Adiantamentos e Empréstimos			31 341,98	
Recebimento de garantias			0,00	
Imposto sobre o rendimento		6 712 066,93	0,00	16 900 904,82
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações corpóreas	9 233 454,51		28 598 836,68	
Restituições de garantias			10 617,59	
Imobilizações incorpóreas	217 277,00		81 530,00	
Adiantamentos e Empréstimos		9 450 731,51	76 824,15	28 767 808,42
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		- 2 738 664,58		- 11 866 903,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	20 000 000,00	20 000 000,00	10 347 395,00	10 347 395,00
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	18 678 614,38		251 596,13	
Amortização de contratos de locação financeira	49 035,71		55 822,15	
Juros e custos similares	- 302 710,75	18 424 939,34	8 389,92	315 808,20
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		1 575 060,66		10 031 586,80
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		1 158 778,95		71 333,62
Caixa e equivalentes no início do período		321 942,02		250 608,40
Caixa e equivalentes no fim do período		1 480 720,97		321 942,02

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2006

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

NOTA INTRODUTÓRIA

A APA - Administração do Porto de Aveiro S.A. (adiante designada por “APA”), foi constituída pelo Decreto-lei nº 339/98, de 3 de Novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data a APA passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da Empresa. A actuação da APA, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A APA, sucedeu assim automática e globalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afecto à APA, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afectos à actividade de pesca, serviços de primeira venda e actividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afectos à actividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A APA assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda a actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da APA:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- e) protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a APA pode conceder licenças para execução de obras directamente relacionadas com a sua actividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APA, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respectiva Direcção Regional do Ambiente.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 7.292.425,26 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 30.000.000,00 euros (ver Nota 36).

A Empresa tem sede em Ílhavo, no Edifício n.º 9 do Forte da Barra, Gafanha da Nazaré.

NOTA 1 - APLICAÇÃO DO POC NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto Lei nº 410/89 de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 238/91, de 2 de Julho e pelo Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As notas às contas respeitam a ordem e demais princípios estabelecidos pelo POC. As notas cuja numeração se encontra ausente deste Anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras anexas.

NOTA 2 - COMPARABILIDADE DO CONTEÚDO DAS CONTAS

Com a entrada em vigor do Decreto - Lei 35/2005, de 17 de Fevereiro, o POC sofreu diversas alterações, sendo as mais relevantes ao nível do conceito e contabilização de provisões e dos ajustamentos de valores dos activos. Assim, de acordo com o referido Decreto e com a Interpretação Técnica nº 3 (Instrução nº 3/2005) da Comissão de Normalização Contabilística, as quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas apresentando-se de acordo com o referido Decreto.

Resumem-se abaixo, as principais alterações entre as contas apresentadas para efeitos comparativos (de acordo com o novo diploma) e as aprovadas em Assembleia-Geral com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

(1.000 Euros)

<u>Rubricas</u>	<u>B/DR</u>	Saldo apresentado para efeitos comparativos (de acordo com o DL 35/2005)	Saldo de acordo com as contas aprovadas em Assembleia Geral
666 - Ajustamentos de dívidas a receber	DR	563	0
67 - Provisões do Exercício	DR	5	568
77 - Reversão de amortizações e ajustamentos	DR	44	0
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	DR	2.900	2.944

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizado incorpóreo

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por Despesas de Investigação e Desenvolvimento e encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos e com base nas taxas permitidas pelo Decreto Regulamentar n° 2/90.

b) Imobilizado corpóreo (incluindo os Bens de Domínio Público)

A APA, possui responsabilidades legais na gestão de bens do domínio público, contribuindo estes para o desenvolvimento dos objectivos sociais estatuídos pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro.

Estes bens, maioritariamente constituídos por terrenos do domínio público marítimo, infra-estruturas portuárias (obras de regularização marginal, terminais portuários, porto de abrigo, docas, estaleiro e bens que se encontravam afectos às actividades de pesca à data da transformação em APA), são propriedade do Estado, incomerciáveis e encontram-se afectos aos serviços públicos sob a responsabilidade da APA e entidades concessionárias.

Os bens do domínio público são relevados no Balanço em conta própria, 45 – Bens do Domínio Público do Estado.

Os montantes brutos, amortizações do exercício e acumulados relativos a bens do domínio público encontram-se devidamente apresentados na Nota 10.

As imobilizações corpóreas (incluindo os bens de domínio público), integradas à data de constituição da Empresa (ver Introdução a este Anexo), foram subsequentemente registadas com base em avaliação patrimonial efectuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de Dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

As amortizações do imobilizado objecto de avaliação patrimonial, são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada:

- Edifícios e outras construções	4 a 50 anos;
- Equipamento básico	1 a 18 anos;
- Equipamento de transporte	1 a 6 anos;
- Ferramentas e utensílios	1 a 13 anos;

- | | |
|----------------------------------|--------------|
| - Equipamento administrativos | 1 a 8 anos; |
| - Outras imobilizações corpóreas | 1 a 16 anos. |

Os bens adquiridos posteriormente à data de constituição da Empresa, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor e respectivas despesas de compra.

As amortizações relativas ao imobilizado adquirido pela APA, e registadas como Imobilizações Corpóreas são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da data de entrada em funcionamento do respectivo bem. As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens, as quais se enquadram nos limites previstos no Decreto Regulamentar nº 2/90.

As principais taxas de amortização são as seguintes:

- | | |
|----------------------------------|-------------|
| - Edifícios e outras construções | 5 a 50 anos |
| - Equipamento básico | 1 a 14 anos |
| - Equipamento de transporte | 1 a 7 anos |
| - Ferramentas e utensílios | 1 a 7 anos |
| - Equipamento administrativo | 1 a 8 anos |
| - Outras imobilizações corpóreas | 1 a 20 anos |

As reintegrações relativas ao imobilizado adquirido pela APA e registados como Imobilizações do Domínio Público do Estado são calculadas pelo método de quotas constantes, em regime duodecimal, de acordo com a Portaria 671/2000, de 17 de Abril:

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

- | | |
|----------------------------------|--------------|
| - Edifícios e outras construções | 20 a 80 anos |
|----------------------------------|--------------|

As reparações que se estimam aumentar a vida útil dos bens que lhe estão subjacentes, são registadas em imobilizado corpóreo; as restantes são registadas em custos do exercício em que são efectuadas.

c) Bens adquiridos em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração

Os bens adquiridos em regime de locação financeira correspondem essencialmente a viaturas e encontram-se relevados na situação patrimonial da Empresa, sendo considerado como custo do exercício as respectivas amortizações (ver Nota 15).

d) Bens de áreas concessionadas

Os bens de áreas concessionadas foram alienados aos concessionários (essencialmente equipamento de movimentação horizontal) e consequentemente foram excluídos do Imobilizado corpóreo.

No que se refere às infra-estruturas onde o concessionário desenvolve as suas actividades, essencialmente constituídas por muros, cais e terraplenos, as mesmas encontram-se relevadas nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

Como contrapartida do uso dessas infra-estruturas, e conforme estipulado no contrato de concessão desses bens, a Empresa recebe uma renda (a valor presente) durante o período da concessão. Essas rendas encontram-se registadas na rubrica 72 – Prestação de Serviços.

e) Investimentos financeiros

Os imóveis encontram-se registados ao valor de avaliação.

f) Ajustamento de dívidas a receber

A provisão para créditos de cobrança duvidosa é calculada tendo por base os critérios estabelecidos para efeitos fiscais.

g) Subsídios ao investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento de imobilizações, são contabilizados quando existe confirmação do valor a receber, sendo os mesmos diferidos em balanço (rubrica de Proveitos diferidos) e posteriormente reconhecidos como proveitos (extraordinários) ao longo da vida útil estimada dos bens que lhes estão subjacentes, em consonância com as correspondentes amortizações (ver Nota 46).

h) Reformas antecipadas

A APA é responsável pelo pagamento de pensões de reforma antecipadas, aos trabalhadores que optaram pelo benefício previsto no Decreto-Lei nº 467/99, de 6 de Novembro. Este decreto refere que, desde que se verificassem determinadas condições até 31 de Dezembro de 2002, era permitida a reforma antecipada dos trabalhadores ligados aos institutos e demais entidades portuárias, que fossem subscritores da Caixa Geral de Aposentações. Esta responsabilidade cessa quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 anos de serviço ou 70 anos de idade.

As responsabilidades, determinadas com base no valor da pensão actual multiplicada pelo número de anos em que esse benefício ainda vai vigorar (tendo por base as condições da sua cessação), encontram-se cobertas por uma provisão registada na rubrica de Provisões para pensões (ver Notas 31 e 34). Esta responsabilidade encontra-se registada ao seu valor nominal, por se considerar que qualquer ajustamento a efectuar decorrente do desconto destes valores não seria significativo.

i) Imposto sobre o rendimento

O encargo sobre o Imposto sobre o Rendimento (IRC) é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

Tendo em consideração que as mais recentes projecções apontam para lucros fiscais futuros que possibilitam a recuperação de parte significativa das diferenças temporárias dedutíveis, no exercício de 2005, foram reconhecidos activos por impostos diferidos sobre parte dos prejuízos fiscais disponíveis e sobre a totalidade das provisões para reformas antecipadas, constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 467/99, de 6 de Novembro (Ver Nota 6).

j) Empréstimo da APP - reestruturação do sector portuário

A APA, é solidariamente responsável, em conjunto com a APL, S.A., APSS, S.A., APS, S.A. e IPTM, pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP junto de um sindicato bancário em Julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94.

A partilha da referida responsabilidade é determinada em função do peso relativo dos proveitos operacionais das entidades solidariamente envolvidas, sendo essa percentagem recalculada numa base anual. A taxa actualmente em vigor reporta-se aos dados do exercício de 2004.

A quota-parte da dívida imputada à APA encontra-se registada na rubrica de Empréstimos (curto e médio/longo prazo) - ver Nota 48, e os respectivos juros são registados na rubrica de Custos financeiros (ver Nota 45).

k) Especialização de exercícios

A APA regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas,

independentemente do momento em que são recebidas ou liquidadas, sendo as diferenças registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

I) Passivos de carácter ambiental

A Empresa adopta como politica contabilística para o reconhecimento dos passivos e dos dispêndios de carácter ambiental, os critérios consagrados pela directriz Contabilística nº 29, emanada pela Comissão de Normalização Contabilística (ver Nota 49).

NOTA 6 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a uma taxa de 25%, acrescida da Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2000 a 2005 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Os prejuízos fiscais podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais num período de 6 anos. Os prejuízos fiscais estimados até 31 de Dezembro de 2005, ainda não confirmados pelas autoridades fiscais, ascendem a 6.020 milhares de euros, e podem ser deduzidos aos lucros futuros tributáveis como segue:

(1.000 Euros)

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2002	3.720	2008
2003	1.548	2009
2004	307	2010
2005*	445	2011

* valor estimado

A Sociedade adopta a prática de contabilizar activos por impostos diferidos, de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 28 emitida pela Comissão da Normalização Contabilística. Nas circunstâncias, tendo em consideração que as mais recentes projecções apontam para lucros fiscais futuros que possibilitam a recuperação de parte significativa das diferenças temporárias dedutíveis, no exercício de 2005, foram reconhecidos activos por impostos diferidos sobre parte dos prejuízos fiscais disponíveis e sobre a totalidade das provisões para reformas antecipadas, constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 467/99, de 6 de Novembro.

Assim, o imposto sobre o rendimento apurado no exercício, negativo no montante de 1.248 milhares de euros, inclui o efeito do imposto diferido gerado pelas diferenças temporais abaixo referidas:

(1.000 Euros)

	Balço			Demonstra- ção dos Resultados
	Capitais Próprios	Impostos Diferidos Activos	Impostos Diferidos Passivos	
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	-	-	-	-
Movimentos no exercício				
Provisões com encargos com aposentações ao abrigo do Decreto-Lei 467/99, de 6 de Novembro 616 x 27,5%	-169	169	-	-169
Prejuízos fiscais disponíveis (i) 4.079 x 27,5%	-1.122	1.122	-	-1.122
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	-1.291	1.291	-	-1.291
Impostos correntes do exercício				6
Imposto sobre o rendimento do exercício				-1.285

(i) Por prudência, no cálculo do activo por imposto diferido sobre os prejuízos fiscais disponíveis, considerou-se que estes apenas poderiam ser deduzidos aos lucros futuros tributáveis nos cinco anos subsequentes.

NOTA 7 - VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 124 (2004: 124).

NOTA 8 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Ver Nota 10.

NOTA 10 – MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

O movimento ocorrido nas contas de imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Quantias Brutas

<i>(1.000 Euros)</i>					
Rubricas	Saldo 31/12/2004	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo 31-12-2005
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	69 147	0	0	0	69 147
Edifícios e outras construções	168 671	23	0	0	168 694
Imobilizações em curso	44 349	2 526	0	- 87	46 788
Adiantamentos p/ conta de imobilizações	0	2 891	0	0	2 891
Total	282 167	5 440	0	- 87	287 520
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas investigação e desenvolvimento	101	0	0	0	101
Imobilizações em curso	338	217	0	0	555
Total	439	217	0	0	656
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	3 099	0	0	0	3 099
Edifícios e outras construções	14 338	97	0	87	14 522
Equipamento básico	6 546	74	0	702	7 322
Equipamento de transporte	503	146	44	0	605
Ferramentas e utensílios	175	8	0	0	183
Equipamento administrativo	743	189	0	15	947
Outras imobilizações corpóreas	1 191	13	0	0	1 204
Imobilizações em curso	763	831	0	- 717	877
Total	27 359	1 358	44	87	28 760
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Terrenos e recursos naturais	5 077	0	0	0	5 077
Total	5 077	0	0	0	5 077

Amortizações acumuladas

(1 000 Euros)				
Rubricas	Saldo 31/12/2004	Reforço	Transferências e Abates	Saldo 31/12/2005
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:				
Edifícios e outras construções	17 587	2 802		20 389
Total	17 587	2 802	0	20 389
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	67	20	0	87
Total	67	20	0	87
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
Edifícios e outras construções	3 305	667	0	3 972
Equipamento básico	3 394	511	0	3 905
Equipamento de transporte	418	74	- 37	455
Ferramentas e utensílios	120	11	0	131
Equipamento administrativo	614	87	0	701
Outras imobilizações corpóreas	966	91	0	1 057
Total	8 818	1 441	- 37	10 222

Valores líquidos

(1.000 Euros)					
Rubricas	Saldo 31/12/2004	Aumentos	Amortizações Exercício	Abates Transf.	Saldo 31/12/2005
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	69 147	0	0	0	69 147
Edifícios e outras construções	151 083	23	2 802	0	148 304
Imobilizações em curso	44 349	2 526	0	- 87	46 788
Adiantamentos p/ conta de imobilizações	0	2 891	0	0	2 891
Total	264 580	5 440	2 802	- 87	267 131
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de investigação e desenvolvimento	33	0	20	0	13
Imobilizações em curso	338	217	0	0	555
Total	371	217	20	0	568
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	3 099	0	0	0	3 099
Edifícios e outras construções	11 033	97	667	87	10 550
Equipamento básico	3 151	74	511	702	3 416
Equipamento de transporte	85	147	37	- 44	151
Ferramentas e utensílios	55	8	11	0	52
Equipamento administrativo	129	188	87	15	245
Outras imobilizações corpóreas	225	13	91	0	147
Imobilizações em curso	763	831	0	- 717	877
Total	18 540	1 359	1 404	43	18 537
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Terrenos e recursos naturais	5 077	0	0	0	5 077
Total	5 077	0	0	0	5 077

NOTA 14 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO IMOBILIZADO

Na conta 44 - Imobilizações em curso, estão incluídas as obras ainda não concluídas e os bens que ainda não se encontram em funcionamento, os quais se apresentam:

(1 000 Euros)			
Ano	Conta	Descrição	Quantia
2004	441101	Armazéns Porto Pesca Longínqua	501
1999	441201	Projecto Via de Cintura Portuária - 3.ª Fase	374
1999	441202	Terminal Especializado de Descarga de Pescado (PPL)	6 066
2000	441203	Terminal Graneis Sólidos	21 849
2000	441206	Terminal Graneis Líquidos	17 626
2000	441207	Projecto Rodoviário Interno	196
2005	4412103	Dragagem da Bacia de Manobras do Terminal Graneis Sólidos	563
2002	441299	Arranjos Urbanístico - Jardim da Sede	35
2004	44301	Projecto POSI	131
2004	44302	Software de Gestão de Recursos Humanos	37
2004	44302	ERP Financeira e Logística - GIAF	116
2005	44302	Desenvolvimento e Implementação do Portal da APA	32
2002	4441	Certificação	33
2002	4443	Estudo Viabilidade Porto Seco de Salamanca	24
2004	4443	Estudo de Concessões	308
2004	4443	Estudo Viabilidade Melhoramento de Acesso Marítimo	75
2003	4444	Plano de Pormenor Da Zona do Terminal Graneis Líquidos	59
2005	44823	Adiantamento por conta de Imobilizações Corpóreas	2 891
2000/1/2/3/4	44	Outros	197
Total			51 112

NOTA 15 - BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2005, os bens utilizados em regime de locação financeira (ver Nota 3 c) eram os seguintes:

(1,000 Euros)

Ano	Conta/Descrição	Valor	Amortizações	Valor
		Aquisição	Acumuladas	Líquido
2004	424 - Equipamento de Transporte	26	12	14
	<i>Total</i>	<u>26</u>	<u>12</u>	<u>14</u>

NOTA 19 - VALORES DE MERCADO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 31 de Dezembro de 2005, não haviam quaisquer diferenças entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante.

NOTA 21 – AJUSTAMENTOS DE VALOR NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Os ajustamentos de valor ocorridos no exercício nas rubricas do activo circulante analisam-se como segue:

Ajustamentos

(1.000 Euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes de cobrança duvidosa	1.852	27	-127	1.752
	1.852	27	-127	1.752

NOTA 23 - DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2005 as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a 1.752.004,74 euros, contabilizados na conta 218 - Clientes de Cobrança Duvidosa, dos quais 1.240.626,09 euros se referem a dívidas de clientes em processo de cobrança coerciva por execução fiscal ou em processo de recuperação de empresas.

As dívidas de clientes de cobrança duvidosa encontram-se totalmente ajustadas.

NOTA 25 - DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RELATIVAS AO PESSOAL DA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2005 apenas existe um crédito sobre o pessoal no valor de 124,51 euros.

Os saldos a pagar ao pessoal totalizam 503.000 de euros, e dizem essencialmente respeito a férias e subsídios de férias que se vencem para pagamento durante o ano de 2006 e estão evidenciados na rubrica do Passivo – acréscimos de custos (Ver Nota 48 b)).

NOTA 29 - VALOR DAS DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE 5 ANOS

O valor das dívidas a terceiros que vencem a mais de 5 anos é o seguinte:

(1.000 Euros)

Entidade	Capital total em dívida	Capital em dívida a + 5
APP - Associação dos Portos de Portugal (Ver Nota 48 a)	2.537	1.269
BEI - Banco Europeu de Investimentos *)	<u>20.000</u>	<u>17.619</u>
	<u>22.537</u>	<u>18.888</u>

* No pressuposto de que a APA não realiza reembolsos antecipados

O empréstimo, no montante de 20.000.000 de euros, contraído junto do Banco Europeu de Investimento, teve por objectivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infra-estruturas do porto de Aveiro. O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor. O capital mutuado será amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de Dezembro de 2008 e a última em 15 de Junho de 2029.

NOTA 31 - RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS POR REFORMAS ANTECIPADAS

Conforme referido na Nota 3. h), a responsabilidade pelo pagamento das pensões dos trabalhadores que requereram a aposentação ao abrigo do Artigo 2º do Decreto-Lei 467/99, de 6 de Novembro é da APA, cessando tal responsabilidade quando os trabalhadores que tenham optado pela aposentação perfaçam 36 de serviço ou 70 anos de idade.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a variação no valor das responsabilidades (determinada a custos nominais) ocorrida no exercício, bem como o valor da provisão em Balanço, analisa-se como segue:

(1.000 Euros)

Responsabilidade em 31 de Dezembro de 2004	1.212
Pagamentos efectuados no exercício	-546
Variação no valor das responsabilidades	-50
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2005	616
Provisão em Balanço (ver Nota 34)	616
Percentagem de cobertura da Provisão	100%

A variação no valor desta responsabilidade, apurada entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2005, negativa no montante de 596 milhares de euros, corresponde ao somatório dos encargos efectivamente suportados no exercício, no montante de 546 milhares de euros, e ao ajustamento resultante da avaliação dos encargos futuros à data de 31 de Dezembro de 2005, no montante de 50 milhares de euros. Estas variações foram registadas a débito da rubrica de “Provisões para pensões” (Ver Nota 34) por contrapartida de um crédito na rubrica de “Proveitos Extraordinários – Redução de Amortizações e Provisões” (Ver Nota 46), e os pagamentos efectuados no exercício, no montante de 546 milhares de euros, foram registados a débito da rubrica de “Custos com o pessoal”, por contrapartida de um crédito na rubrica de “Disponibilidades”.

NOTA 34 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO NAS CONTAS DE PROVISÕES

Explicitação dos movimentos ocorridos na conta de Provisões:

<i>(1 000 Euros)</i>				
Rubrica	Saldo 31/12/2004	Aumento	Redução	Saldo 31/12/2005
291 - Provisões para pensões (ver Nota 31)	1 212	0	596	616
293 - Provisões pra processos judiciais em curso	760	0	0	760
Total	<u>1 972</u>	<u>0</u>	<u>596</u>	<u>1 376</u>

Na rubrica de Outras provisões para riscos e encargos reconheceu-se o valor de 759.813,10 euros como forma de aprovisionar o possível efeito do recurso judicial interposto pela CPTP – Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, Lda., empresa responsável pela empreitada de Ampliação do Terminal Norte e que reclama aquele montante a título de trabalhos a mais. Apesar da APA, perspectivar que o processo venha a conhecer uma decisão favorável, atendendo ao princípio contabilístico da prudência foi constituída a referida provisão.

Esta provisão foi originalmente contabilizada por contrapartida da rubrica de “Custos diferidos – Custos Plurianuais”, sendo anualmente reconhecido como custo do exercício um montante equivalente à amortização dos trabalhos reclamados pelo empreiteiro. Assim, durante o exercício de 2005 foi reconhecido um custo, no montante de 9.497,64 euros, o qual se encontra evidenciado na rubrica de “Provisões” da Demonstração de Resultados.

NOTA 36 - DECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de Novembro (ver Introdução a este Anexo), o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 7.292.425,26 euros.

Subsequentemente, o capital passou para 30.000.000,00 euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efectuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção Geral das Finanças.

O capital social actual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 acções, com o valor nominal de 5,00 euros cada. As acções são nominativas e revestem a forma escritural.

NOTA 37 - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO

O capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, é de 30.000.000,00 euros e é detido exclusivamente pelo Estado Português - Direcção Geral do Tesouro.

NOTA 40 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

(1.000 Euros)				
Rubricas do capital próprio	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	30.000	0	0	30.000
Reservas legais	17	0	0	17
Reservas especiais	189.767	0	0	189.767
Resultados transitados	-7.903	334	0	-7.569
Resultado líquido				
de 2004	334	0	334	0
de 2005	<u>0</u>	<u>1.401</u>	<u>0</u>	<u>1.401</u>
	<u>212.215</u>	<u>1.735</u>	<u>334</u>	<u>213.616</u>

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuídas aos accionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser

utilizadas para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

As Reservas Especiais referem-se à contrapartida do lançamento nas rubricas do imobilizado resultante do processo de avaliação patrimonial registado durante o exercício de 1999.

A Assembleia Geral de vinte e um de Abril de dois mil e cinco aprovou a proposta de aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido positivo do exercício de 2004, no montante de trezentos e trinta e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro euros e oitenta e três cêntimos, ser transferido para resultados transitados.

NOTA 43 - REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram as seguintes:

(1.000 Euros)		
Corpos sociais	Remunerações 2005	Remunerações 2004
Conselho de Administração	242	210
Assembleia Geral	2	1
Fiscal Único	16	15
	260	226

NOTA 45 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

(1.000 Euros)

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
681 - Juros suportados	262	173	781 - Juros obtidos	53	70
688 - Outros custos e perdas financeiras	210	1	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	3	0
694 - Perdas em imobilizações	0	36	788 - Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	0	302
Resultados financeiros	-416	198			
	56	408		56	372

A variação na rubrica de Juros suportados justifica-se pelo montante de juros suportados pelo Contrato de Financiamento entre o Banco Europeu de Investimentos e a APA.

A variação das rubricas Outros custos e perdas financeiras e Reversão e Outros proveitos e ganhos financeiros decorrem dos ajustamentos da responsabilidade da APA no empréstimo APP/2000 e dos custos com o aval referente ao contrato mencionado no parágrafo anterior.

NOTA 46 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

(1.000 Euros)

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
691 - Donativos	32	16	794 - Ganhos em imobilizações	16	2
692 - Dívidas incobráveis	0	17	795 - Benefícios de penalidades contratuais	0	3
694 - Perdas em imobilizações	0	36	796 - Redução de provisões	596	691
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	8	1	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.388	2.202
Resultados extraordinários	1.960	2.828			
	2.000	2.898		2.000	2.898

O valor dos “Outros proveitos e ganhos extraordinários” inclui um montante de 744.680 euros relativo à componente de subsídios recebidos transferidos no exercício para resultados, de acordo com a política referida na Nota 3 g) e um montante de 499.500 euros relativo à reversão, a favor da APA, de dois armazéns no exercício de 2005.

No exercício de 2004, reverteu a favor da APA um edifício denominado por “ Os Coimbras”, localizado no Porto de Pesca Longínqua. O referido edifício foi avaliado em 1.590.000,00, tendo este montante sido registado na rubrica de “Outros proveitos e ganhos extraordinários”.

NOTA 48 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

a) Empréstimo APP/2000

A ex. Junta Autónoma do Porto de Aveiro (JAPA) assumiu compromissos financeiros no licenciamento dos trabalhadores portuários, conjuntamente com todas as Administrações e Juntas Portuárias, através de um empréstimo obrigacionista de 10,5 milhões de contos

contraído em 1994 pela APAJP – Associação Portuguesa das Administrações e Juntas Portuárias e determinado pelo Despacho n.º 21/94/SEAP. Estes compromissos transitaram para a APA, S.A., tendo sido integralmente liquidados no 3.º trimestre de 2000. Na mesma data foi contraído um empréstimo bancário (APP/2000) de igual montante de responsabilidade da APA, S.A..

O montante da responsabilidade e os juros suportados são calculados ao longo dos anos em função do nível de proveitos operacionais de cada entidade participante no empréstimo e corrigidos, no final de cada semestre, em função dos proveitos operacionais reais, os quais determinarão o nível de comparticipação para o semestre seguinte.

Em consequência deste critério de repartição, no exercício de 2005, a APA registou:

<i>(1 000 Euros)</i>	
Rúbricas	Valor
Juros suportados - Empréstimos bancários - APP/2000	50
Outros custoe e perdas financeiras - Ajustamentos de empréstimos - APP/2000	<u>169</u>
	<u>219</u>

As responsabilidades apresentadas em passivos decorrentes do empréstimo estão registadas do seguinte modo: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo – 253.708,44 euros e Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo – 2.283.376,06.

b) Acréscimos e Diferimentos

(1.000 Euros)		
Rubricas	Curto prazo	Médio e longo prazo
2712 - Concessões	130	0
2719 - Outros acréscimos de proveitos	177	0
	307	0
2721- Seguros antecipados	48	0
2722 - Custos plurianuais	9	737
2723 - Desassoreamento	303	1.817
2725 - Materias Diversos em Armazém	174	0
	534	2.554
2732 - Remunerações e encargos	503	0
2733 - Juros a liquidar (empréstimos)	53	0
2734 a 2739 - Outros acréscimos de custos	35	0
	591	0
2741 - Comparticipação em pontes cais	10	102
2745 - Subsídios para investimentos	745	60.477
	755	60.579

NOTA 49 - INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pela Empresa, são capitalizados. Os dispêndios capitalizados durante o exercício de 2005 foram de mais ou menos 68.729 euros, referentes essencialmente à instalação de separadores de hidrocarbonetos e aquisição de contentores.

Os dispêndios de carácter ambiental, tais como gestão de resíduos e exploração de ETARs, reconhecidos como um custo nos resultados do exercício de 2005 foram de mais ou menos 38.000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2005 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

NOTA 50 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

a) Reconciliação da rubrica de resultados extraordinários evidenciada na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração dos resultados por funções.

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística nº 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para preparação da demonstração dos resultados por naturezas. Assim, em 31 de Dezembro de 2005, o valor dos custos e perdas extraordinários no montante de 40.006,33 euros (2004: 71.141,61 euros) e os proveitos e ganhos extraordinários no montante de 2.000.055,48 euros (2004: 2.899.639,96 euros), apresentados na demonstração dos resultados por naturezas (ver Nota 46), foram reclassificados, para as rubricas de resultados operacionais, 1.341.149,24 euros de proveitos. Estas reclassificações proporcionam as seguintes diferenças nas diversas naturezas de resultados:

(1.000 Euros)

	Demonstração Resultados 2004			Demonstração Resultados 2005		
	Por Naturezas	Reclassificação	Por Funções	Por Naturezas	Reclassificação	Por Funções
Resultados Operacionais	-2.728	1.297	-1.431	-1.428	1.341	-87
Resultados Financeiros	199	-199		416	-416	
Resultados Correntes	-2.529	1.298	-1.231	-1.844	1.357	-487
Resultados Extraordinários	2.873	-1.299	1.574	1.960	-1.357	603
Resultado Líquido Exercício	334	0	334	1.401	0	1.401

b) Custo das vendas e das prestações de serviços

(1.000 Euros)

	Custo das Vendas e Prestações Serviços 2004			Custo das Vendas e Prestações Serviços 2005		
	Por Naturezas	Reclassificação	Por Funções	Por Naturezas	Reclassificação	Por Funções
Fornecimentos e serviços externos	1.717	-204	1.513	1.780	-204	1.576
Custos com o pessoal	5.037	-1.150	3.887	5.226	-1.271	3.955
Amortizações do imobilizado corpóreo	3.920	-60	3.860	4.263	-71	4.192
Ajustamentos de dívidas a receber	563	0	563	27	-27	0
Provisões	5	0	5	9	0	9
Impostos	149	5	154	144	-142	2
Outros custos e perdas operacionais	68	-68		43	-43	0
Redução de provisões	0	-567	-567	0	-488	-488

NOTA 51 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Componentes de caixa e seus equivalentes

	Euros	
	31-12-2005	31-12-2004
Numerário	2.525,93	2.543,30
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.465.266,22	306.469,90
Outras disponibilidades:		
Depósitos de garantia	<u>12.928,82</u>	<u>12.928,82</u>
Total	<u>1.480.720,97</u>	<u>321.942,02</u>

Forte da Barra, 13 de Fevereiro de 2006

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração